

Estudo de Indicadores de Desenvolvimento Local

Relatório Final

UBI
Universidade
da
Beira
Interior



PO ISE

PORTUGAL
2020



animar



PROJETO “ANIMAR - CAPACITAR PARA AGIR EM REDE II”
CRIAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
REFª: ANIMAR AD_RG 1/2019 [POISE-03-4639-FSE-000285]

RELATÓRIO FINAL

INVESTIGADOR RESPONSÁVEL:
- ALCIDES A. MONTEIRO

Covilhã e UBI, fevereiro de 2021

Índice

Introdução.....	2
PARTE I - Conceptualização	4
1. Desenvolvimento	4
2. Desenvolvimento comunitário	14
3. Desenvolvimento sustentável	19
3.1. A sustentabilidade como princípio de desenvolvimento da nossa casa comum.....	23
4. Desenvolvimento local.....	26
4.1. Economia social e solidária e o movimento do desenvolvimento local	33
PARTE II - Elaboração da Matriz Experimental de Indicadores de Desenvolvimento Local.....	39
5. Identificação e análise de modelos de avaliação.....	39
5.1. Propriedades desejáveis de um instrumento de medida ou avaliação do desenvolvimento local	39
5.2. (Exemplos de) índices e indicadores de desenvolvimento	46
6. A Matriz Experimental	50
6.1. Opção metodológica	50
6.2. Entrevistas a informadores privilegiados.....	52
6.3. A Matriz construída	56
PARTE III - Validação da Matriz Experimental	58
7. Caracterização dos Territórios-Piloto.....	58
8. Validação da Matriz	61
Notas conclusivas	71
Referências bibliográficas	73

Introdução

O presente relatório reporta ao cumprimento da prestação de serviços de consultoria em matéria de investigação e desenvolvimento (I&D), objeto de contrato celebrado entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e a ANIMAR (REF^a: ANIMAR AD_RG 1/2019 [POISE-03-4639-FSE-000285]), e que se dirige à criação e análise de indicadores de desenvolvimento local, sob a forma de uma Matriz Experimental, assim como da sua validação num território - projeto piloto.

Na sua estrutura, o documento divide-se em três grandes partes, cumprindo cada uma delas distintos objetivos.

Numa primeira parte, é objetivo principal o de proceder à sistematização de um conjunto de conceitos considerados essenciais para a boa compreensão do fenómeno do “desenvolvimento local”, tanto na sua vertente analítica como prática. Deles fazem parte os conceitos de “desenvolvimento”, de “desenvolvimento sustentável” e de “desenvolvimento comunitário” e que, por sua vez, irão anteceder a explicitação do conceito central de “desenvolvimento local”. Este último conceito está, por sua vez, conectado com os conceitos de “economia social” e “economia solidária”, julgados igualmente relevantes. A análise produzida é eminentemente de natureza conceptual, na sequência de uma revisão de literatura na qual se incluem obras de tempos e geografias distintas, e que combinam abordagens históricas com visões económicas e sociológicas.

A segunda parte do texto corresponde à identificação de matrizes já elaboradas noutros contextos e com os seus próprios propósitos mas nas quais se reconhecem afinidades, justificativas de as usar como referências para a elaboração da Matriz Experimental. Para o efeito, interessará primeiramente analisar as propriedades desejáveis de um instrumento de medida ou avaliação do desenvolvimento local. A partir daí, serão identificados exemplos e propostas metodológicas no campo genérico do desenvolvimento, e particularmente aqueles que estão associados a teorias da mudança social. Ainda nesta parte, serão apresentados os resultados de um trabalho de auscultação feito junto de informantes privilegiados que, perante uma versão provisória do instrumento, contribuiram com a sua experiência para a melhoria da mesma. As suas sugestões de mudança e de melhoria foram determinantes para a elaboração da versão estabilizada do instrumento, apresentada no sub-ponto 6.3 deste relatório.

A terceira parte, de índole mais empírica, reporta à apresentação dos resultados obtidos a partir da validação da Matriz Experimental num território-piloto. O território em causa é composto por 3 municípios (Castelo Branco, Montalegre e Odemira), tendo sido inquiridas as entidades da economia social aí localizadas. Tendo sido obtidos 39 inquéritos válidos, os mesmos dão conta da avaliação que estas entidades fazem quanto ao grau de desenvolvimento do território em que estão implantadas, de acordo com as sete dimensões que a Matriz comporta. Mas, para efeitos do presente relatório, interessa sobretudo aferir da consistência e adaptação da Matriz elaborada aos propósitos a que ela se destina. Pelo que é sobre este ponto de vista em concreto que se apresentam os principais resultados obtidos. Os dados recolhidos foram submetidos a alguns testes estatísticos, dirigidos à apreciação da consistência interna da Matriz (Alfa de Cronbach) e à sua resistência a variáveis espúrias, como o tipo (ou estatuto jurídico) e as características organizacionais das entidades respondentes (teste não paramétrico de Kruskal-Wallis).

O trabalho agora apresentado beneficiou do contributo de Marco Domingues que, na qualidade de bolseiro de investigação não remunerado, interveio diretamente no desenvolvimento das atividades e na produção de conteúdos para este relatório. Paralelamente, o trabalho aqui iniciado é objeto de aprofundamento na sua Tese de Doutoramento que, sob orientação de Alcides A. Monteiro, será apresentada e defendida na Universidade da Beira Interior (UBI).

PARTE I - Conceptualização

1. Desenvolvimento

Considerado por vários autores como tema de estudo privilegiado das ciências económicas (Sen, 2000; Swedberg, 2003; Leme, 2015; Pochmann, 2016), muito por causa das suas raízes históricas e da inevitável ligação ao capitalismo, à industrialização e ao campo de análise das políticas macroeconómicas, o desenvolvimento e o debate em torno da sua conceptualização e estratégias também tem um espaço de destaque em outras disciplinas científicas, como a sociologia. Sendo que, neste contexto, se têm registado ao longo do anos, importantes contribuições científicas, tendo estas sido mais expressivas entre os anos 50 e 70 do século passado (Leme, 2015).

Enquanto conceito, e no âmbito das abordagens teóricas de que tem sido alvo, o desenvolvimento está relacionado ao significativo conjunto de mudanças que pautaram a evolução das sociedades, sobretudo as ocidentais, ao longo do século XX e, por esta via, estará eternamente associado ao capitalismo e à industrialização (Pochmann, 2016). É neste sentido que, de um ponto de vista de contextualização histórica, o aparecimento do conceito e o seu estudo, explicação e propagação, estejam associados à publicação do artigo de Paul Rosenstein-Rodan, em 1943, intitulado "*Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*" que se centra na análise dos desequilíbrios dos processos de crescimento dos países em desenvolvimento bem como nos meios de suporte ao desenvolvimento económico desses países (Rosenstein-Rodan, 1943).

Tendo este artigo aberto as portas para uma inovadora interpretação do desenvolvimento, outros, que se lhe seguiram, vieram dar conta da importância das abordagens sociológicas à temática na medida em que, tal como subscreveu Martinussen (1997), o desenvolvimento ocorre num espaço teórico e analítico que não pode ser desfasado do palco social nem, tão pouco, descontextualizado, da história das sociedades em que ocorre, dos estados que o regulam (ou não) e dos mercados que o impulsionam ou atrasam. O mesmo autor sublinhou ainda que o desenvolvimento está, muitas vezes, associado a condições de consenso ou de conflitos que derivam e afetam as sociedades e que, neste sentido é conteúdo sociológico e não pode ser observado, explicado e analisado sem que estas vertentes lhe estejam associadas.

Já no início do nosso século, Swedberg (2003) haveria de vir reforçar estas linhas teóricas ao subscrever, na obra *Principles of economic sociology*, a ideia de que o campo das investigações em torno do desenvolvimento deve estar, necessariamente, voltado para o capitalismo, mas que este deve ser observado no âmbito dos problemas que dele decorrem e que afetam as sociedades. Através da sua investigação este teórico do desenvolvimento contribuiu para a criação de um *status* analítico da sociologia para com o desenvolvimento, apresentando uma pesquisa centrada na análise das organizações e do mercado, das leis, das políticas e das culturas, ou seja, de todas as dimensões analítico-conceituais associadas à construção do conceito.

Na mesma senda de entendimento estava Sen (2000), que também concetualizou o conceito de desenvolvimento agregado a elementos como a liberdade e a questões em torno das liberdades do “homem” e as relacionou com análises de mercado, aos estados, às culturas e até mesmo a várias instituições sociais envolvidas em processos de crescimento económico e de desenvolvimento das regiões. Nesta perspetiva o autor haveria de apresentar o desenvolvimento como um processo “de expansão das liberdades substantivas das pessoas” (Sen, 2000, p. 3).

Estas interpretações do desenvolvimento pareciam contrariar as visões mais economicistas e progressistas do conceito, que o apresentavam, tal como defendeu Ander-Egg (1982), como “o movimento e a mudança da civilização e das instituições sociais, políticas e económicas numa direção reconhecida como melhor” (p. 32).

De facto, e sob o ponto de vista da economia, o desenvolvimento parece estar associado ao significado de crescimento sendo, nesta perspetiva, e segundo a opinião de Sampedro e Berzosa (1996), “produto da moderna civilização técnica impulsionada nos países ocidentais, que se caracteriza por sobrevalorizar a opulência material, entre outras particulares” (p.33). De acordo com estes autores, o desenvolvimento e o crescimento económico que o mesmo implica tem a capacidade de garantir um aumento exponencial de bens ao mesmo tempo que providencia, constantemente, novas formas de escalar etapas donde resultam benefícios económicos e financeiros que tendem a aumentar com o tempo. Mas, e ainda de acordo com a perspetiva de Sampedro e Berzosa (1996) estas vantagens que o desenvolvimento coloca à economia também lhe eram reconhecidas no foro social, pelo menos até meados do século passado. Segundo estes autores, por volta da década de cinquenta do século XX, foram sendo agregados novos elementos à identidade do desenvolvimento tendo, desde então, passado a idealizar-se uma conceção cristalizadora de atitudes e valores individuais e coletivos que haveriam de se singularizar no antropocentrismo, que tinha na Natureza

uma fonte de recursos inesgotáveis e, simultaneamente, dava aso ao crescimento de sentimentos etnocêntricos que davam primazia à “estrutura hierárquica da sociedade, ao individualismo, à busca da estabilidade económica e ao horizonte existencial de “ter mais para ser mais” (Sampedro e Berzosa, 1996, p. 37). Tratava-se de um modelo social, em rápida ascensão, sustentado na premissa básica do paradigma convencional do desenvolvimento, considerando-o “hierárquico, em que alguns são ‘superiores’, e portanto, estão qualificados para guiar, controlar e determinar o desenvolvimento dos outros” (Rahman, 1991, p. 39). Neste contexto, de que o desenvolvimento, pelo menos no âmbito da sua história concetual, não se pode desvincular, este era, na sua essência social, uma “categorização que diz respeito ao status das pessoas e ao modo de articular a organização da sociedade” (Ibidem).

Ao longo destas últimas décadas do século, marcado por profundas alterações sociais, a visão da sociologia para com o desenvolvimento destacou a luta contra o ideário de exclusividade do debate por parte das ciências económicas e a ideia de que o conceito de desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico foi sendo suprimida. Por esta altura, vários autores (Porter 1990; Huntington, 1996; Harrison, 1997) defendiam a necessidade de se vincular o desenvolvimento a estratégias culturais que considerassem, por exemplo, as crenças e os costumes, os valores e as atitudes individuais de cada sociedade. Na verdade, a ideia subscrita da interdependência entre cultura e economia, não se apresentou como efetivamente inovadora na medida em que se tratava do resgate dos ideais Weberianos¹ acerca da influência do *ethos* moral nas escolhas e condutas económicas dos indivíduos. A diferença entre os pensamentos de Weber (1864 - 1920) e os que, mais tarde, Porter (1990), Huntington (1996) e Harrison (1997) vieram apresentar é, sobretudo, a fundamentação metodológica destes últimos trabalhos que, suportados em investigações de cariz quantitativo e qualitativo, justificaram, através da observação da trajetória política de alguns países e regiões do mundo, o seu desenvolvimento ou estagnação económica.

De um modo bastante percuciente, Nunes (1968) apresenta o desenvolvimento como “o resultado de um esforço coletivo” (p. 160) e apresenta a sociedade como a mestra dessa construção. Por via desta abordagem ao desenvolvimento, em que, mais uma vez ele se firma como inseparável do meio social onde ocorre, sobressai, segundo o autor em análise, a capacidade ou, aptidão (Nunes, 1968), conforme o vocábulo escolhido originalmente, da própria sociedade para a construção do desenvolvimento.

¹ Assim designados os preceitos base do trabalho de Max Weber (1864 - 1920), considerado um dos fundadores da Sociologia, e a quem se ficou a dever um significativo estudo acerca do capitalismo e do denominado processo de racionalização e desencantamento do mundo.

E é neste ponto, da aptidão, que o autor associa em definitivo, e sem deixar margem para quaisquer dúvidas, o desenvolvimento à sociologia, explicando que “nem todas as sociedades se têm revelado igualmente aptas para se desenvolver. Enquanto povos materialmente dotados souberam superar o desfavor da sua condição original, outros que dispunham, em termos favoráveis, de largos recursos físicos e humanos mostraram-se incapazes de proficuamente os aproveitar” (p. 160).

Intrinsecamente relacionado com a cultura e os valores sociais das sociedades e deles decorrente, o desenvolvimento comporta ainda a característica de influenciar e modificar os seus atores, uma vez que, à medida que se processa, gera novas conjunturas a que a sociedade que o criou terá que se adaptar. Neste sentido, e de acordo com Nunes (1968), o desenvolvimento é um processo que se reveste de simultaneidade e cujas etapas de ocorrência são sucessivas. Assim, e em função deste contexto, o desenvolvimento é promotor de “novas motivações e aspirações, novos projetos, novos tipos de comportamento” (Nunes, 1968, p. 161), afetando-se toda a estrutura básica da comunidade, alterando-se o seu equilíbrio de poderes e interesses prévios, e demandando da sociedade promotora da mudança, que resulta do desenvolvimento, a construção de novos modelos de adaptação, e de novos esquemas ou princípios organizacionais da comunidade.

De forma epitomada, o construto teórico do desenvolvimento, para Nunes (1968), não nega a estrutura económica subjacente ao conceito e que, que lhe serve de pilar, mas também o apresenta como resultado de uma construção que envolve vários agentes sociais, numa conjugação de esforços individuais e coletivos que abarca todas as células orgânicas das comunidades, indo do cidadão, na sua singularidade, até ao Estado e considerando também todos os grupos que dão representatividade aquele conjunto social. É na forma como estes agentes promotores do desenvolvimento se organizam, e nas suas características, que se vislumbra, ou pode vir a vislumbrar, o desenvolvimento, tal como consolidou o autor que temos vindo a referenciar: “as possibilidades, os estímulos, a intensidade e a eficácia desse esforço dependem da composição e situação dos grupos na sociedade, da repartição por esses grupos do domínio sobre os recursos de que a sociedade dispõe, das suas capacidades e projetos, da natureza à organização social que os enquadra, dos padrões culturais que modelam os seus comportamentos” (Nunes, 1968, p. 167).

Afirmado, definitivamente, no âmbito da política internacional, após a Segunda Grande Guerra, e com a ascensão da Guerra Fria, caracterizada pela tentativa de imposição, por parte dos EUA e da URSS de uma agenda de transformação de todos os

países do mundo direcionada para o capitalismo ou para o socialismo, respetivamente, o desenvolvimento que primeiramente se impôs foi o que tinha por base concetual a ideia de que o seu acontecimento estava dependente da incitação do crescimento da economia e, assim, nesta perspetiva, este desenvolvimento, também designado de desenvolvimento *mainstream*, ocorreu por via da industrialização, demandando, em primeiro lugar a acumulação de capital e dando origem a contextos de excesso de oferta de mão-de-obra (Meier, 2005).

Os cenários decorrentes destes primeiros tempos do desenvolvimento forçaram a uma intervenção dos Estados que, contudo, depressa, se viram alvo de críticas e abriram espaço ao ressurgimento da economia neoclássica que teve maior impacto durante a transição do sistema de produção fordista para o pós-fordista e marcou, sobretudo os choques petrolíferos de 1973, 1979 e 1980 (Meier, 2005). Neste segundo momento do desenvolvimento, comandado pela “mão invisível” do mercado (Williamson, 1994) a industrialização passou a ser orientada para as exportações que se tornaram paradigma dominante das abordagens ao desenvolvimento e perduraram até aos dias de hoje.

De acordo com Williamson (1994) uma das mais evidentes máculas deste período do desenvolvimento foi a promoção da desregulação financeira e económica que abriu portas à privatização de várias empresas públicas. Para além disso, em vários países, foram implementadas reformas modelo que eram reguladas por mecanismos externos que garantiam financiamentos, mas impunham reestruturações, como o FMI - Fundo Monetário Internacional, e alguns programas de ajustamento do Banco Mundial. De acordo com Rodrik (2002), Harvey (2005) e Klein (2007), algumas destas intervenções constituíram verdadeiras terapias de choque aos países intervencionados, que, nos casos citados foram a Rússia, algumas ex-repúblicas soviéticas e alguns países da América do Sul, para além dos denominados “tigres asiáticos” (Harvey, 2005). Todos estes países vieram a sofrer processos de acumulação por despossessão que resultaram em situações graves de desemprego massivo, pobreza, perda de bens públicos, desigualdades sociais e toda uma vasta gama de problemas sociais e políticos decorrentes.

Após este período começa a enfolechar uma nova geração de políticas, o terceiro momento do desenvolvimento, na visão de Meier (2005), que se constitui a partir das preocupações que já se vinham registando anteriormente em relação às instituições que tinham impacto direto nas estruturas económicas. A este período atribuiu-se a designação de Nova Economia Institucional, sendo que esta passou a incorporar elementos institucionais no paradigma dominante e considerou também a teoria da

importância da introdução de capital social nos processos de desenvolvimento que Putnam (1993) defendia de modo animoso.

De facto, e em concordância com as teorias do autor citado, as “comunidades cívicas” por ele descritas não só eram compostas por redes comerciais como também contavam com redes políticas e sociais, organizadas de forma horizontal e que assentavam em valores como a reciprocidade, a solidariedade e o favorecimento da resolução conjunta de todas as redes dos reveses dos bens comuns. Com vista dar ênfase às suas idealizadas “comunidades cívicas” e a sublinhar a importância da inter-relação e cooperação das redes, Putnam (1993) contrasta-as com as sociedades não cívicas, apresentando-as como arena para a exibição de comportamentos de *clandestinidade económica*, clientelismo e subalternidade.

Estes novos passos concetuais em torno do desenvolvimento serviram para que fosse reconhecida a importância de todo o conjunto de elementos socioculturais na economia, que não deixa de estar sujeita às forças de mercado, mas passa a assumir com clareza a existência de um novo promotor retórico: a chamada sociedade civil. São, de resto, estas novas terminologias ideológicas que fundamentam o aparecimento de instituições, hoje reconhecidas mundialmente, como o Banco Mundial (Hickey & Mohan, 2004).

É também este o percurso do desenvolvimento que acaba por introduzir o conceito de “boa governança”, que se viria a afirmar no discurso desenvolvimentista atual e prevê a reestruturação da promoção das políticas de competitividade e a retração das despesas sociais (Amaro, 2004).

A sujeição e o cumprimento dos desígnios do estado, enquanto zelador das liberdades firmadas em favor do mercado capitalista, é uma das preocupações fundamentais deste modelo de governança que apesar de resultar de um processo de significativa evolução concetual do desenvolvimento parece ter, tal como sustenta Amaro (2004), vários pontos em comum com as interpretações impostas a este conceito ao longo de todo o percurso que o pensamento desenvolvimentista teve, desde a sua primeira geração ideológica e metodológica. De acordo com este autor os pontos mais salientes na listagem de elementos de continuidade concetual do desenvolvimento são o economicismo, o produtivismo, o industrialismo, o consumismo, o antropocentrismo, o etnocentrismo, o uniformismo e o racionalismo, não tanto o que se fundamenta na crença, na razão e no progresso, mas, antes, a racionalidade egoísta apontada pelos neoclássicos enquanto característica do *homo economicus* (Amaro, 2004).

Acompanhando os principais momentos conjunturais do desenvolvimento, e tal como já foi dado perceber, várias teorias marcaram as análises e as interpretações que foram sendo feitas ao longo das décadas a cada uma destas etapas mais salientes e transformadoras das sociedades. Beltão (1965) classificou as teorias sociológicas propostas para o desenvolvimento em três categorias principais, sendo elas a interpretação socioeconómica, a interpretação sociocultural e a interpretação psicossociológica.

No primeiro conjunto interpretativo do desenvolvimento desenhado por este autor são apontados fatores não económicos como elementos relevantes para a criação do desenvolvimento e até mesmo da própria economia. O construto interpretativo socioeconómico apresenta pistas que visam a chamada de atenção dos sociólogos para a temática e até mesmo de outros investigadores sociais (Beltrão, 1965).

Já no que concerne à categoria da interpretação sociocultural o destaque investigativo é colocado nos padrões estruturados e funcionalmente interligados do comportamento social, sendo que através deles e, tal como sustenta Beltrão (1965), podem ser explicadas as “diferentes situações, bem como a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento” (p. 135). De acordo com as especificações deixadas pelo autor em análise esta categoria interpretativa decorre da sociologia propriamente dita.

Por último, na categoria em que se enquadra a hermenêutica psicossociológica, as interpretações ao desenvolvimento tendem a isolar os tipos de “personalidade social” e a “necessidade de explicar a génese do processo de desenvolvimento” (ibidem), sendo, por isso, um conjunto interpretativo mais próprio e decorrente das disciplinas psicossociais e da própria psicologia. A existência deste conjunto de teorias, sustenta que, do ponto de vista da psicologia o desenvolvimento também é uma área de análise de relevo (Beltrão, 1965).

Tal como, a este ponto da nossa incursão sobre o desenvolvimento e a sua concetualização, facilmente se depreende, o conceito que trazemos sob análise é multiparadigmático e sustentado em três pilares de entendimento que não podemos analisar de forma dissociada, sob pena de desservir o nosso propósito fundamental. Mais ainda, importa, para o cabal entendimento do conceito, que se aprofunde o estudo da dimensão social do desenvolvimento, e se considere as designadas sociedades do bem-estar na medida em que existe uma estreita relação conceitual entre ambos os conceitos.

As raízes do aparecimento da terminologia “indicadores sociais”, que tem génese no final do século passado nos EUA, estão, de resto, nesta dimensão paradigmática do

desenvolvimento, sendo que, desde essa altura se tem registado, em vários países do mundo, a medição de parâmetros de qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (Santagada, 1993). A conjuntura socioeconómica mundial que proporcionou o aparecimento desta nova visão do desenvolvimento e a sua relevância foi a mesma que promoveu ações de organismos internacionais (ONU, OCDE, OCEE, e outros) no sentido da criação de instrumentos e de medidas de promoção e de quantificação do desenvolvimento social (Santagada, 1993). Entre os programas então desenvolvidos destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que tem por principal objetivo o acompanhamento do desenvolvimento dos cidadãos tanto no âmbito da promoção de políticas públicas, quanto na medição dos resultados através da publicação do Índice de desenvolvimento Humano - IDH, publicado pela primeira vez em 1990.

Nas últimas décadas, os problemas percecionados de que a produção excessiva que caracteriza o capitalismo e impulsiona o desenvolvimento concetualizado pela economia conduz à degradação e desaparecimento de recursos importantes da Natureza e que estão na base da luta pela promoção de uma nova categoria de desenvolvimento, a que se pode chamar de sustentável, pressupõem, na interpretação de vários autores, a reequacionamento do desenvolvimento em toda a sua complexidade. Os problemas da sustentabilidade do planeta parecem, de facto, estar a impor à sociedade de crescimento uma nova forma de pensar, orientada para o decrescimento (Latouche, 2009^a).

Segundo Latouche (2009) a transformação desejada da sociedade atual deve assentar em oito “R’s” fundamentais, sendo eles a reavaliação dos valores dominantes e da primazia do dinheiro, do individualismo, da competição e do consumismo. Após este primeiro passo, o segundo “R” proposto, demanda que se proceda à reconceptualização dos conhecimentos que se tem acerca da realidade, redefinindo-se “conceitos como pobreza e riqueza, escassez e abundância, tendo em vista combater a produção incessante de necessidades e a extensão permanente da mercantilização” (Latouche, 2009, p. 134).

Depois de reavaliar e de conceptualizar é importante que se reestrua o aparelho produtivo e a forma relacional em sociedade, usando de instrumentos que conduzam à superação do capitalismo. No quarto “R” proposto por Latouche (2009) surge a redistribuição que pressupões a “distribuição menos desigual da riqueza e o acesso ao património natural por todos os países, sejam do Norte, sejam do Sul, bem como dentro de cada sociedade, sem distinção de classe, género e idade” (p.134). Para além disso,

e já num quinto momento, importa que se relocalize, ou seja, que se passe a dar prioridade à produção local e que, para tal, se promova um sistema de apoio às empresas locais com vista a que estas sejam capazes de garantir as necessidades daquela região, ao mesmo tempo que, por este meio, se eliminam os procedimentos intermediários do capitalismo, como o transporte e a energia demandada nestas deslocalizações de produtos.

Outro dos “R’s” proposto por Latouche (2009) pressupõe a redução por forma a que se consiga minimizar o impacto que a existência humana tem na biosfera. Para que se possa proceder a esta redução devem ser alterados os modos de produzir e os hábitos de consumo. O consumo excessivo e o desperdício devem ser totalmente eliminados e as viagens e horas de trabalho devem ser limitadas ao estritamente necessário. Neste contexto, importa ainda que se promova de forma efetiva a reutilização, aprendendo-se a dar uma vida longa e útil a equipamentos e bens, nomeadamente através da partilha dos mesmos com outras pessoas.

Dos oito “R’s” propostos por Latouche (2009), todos fundamentais, a chave da mudança intelectual das sociedades com vista à concretização efetiva de decrescimento parece estar na redução, pois, tal como sustenta Ribeiro (2017), nela estão inscritos os princípios fundamentais da transformação. Para além deste “R”, e segundo a avaliação feita por Ribeiro (2017) à obra de Latouche (2009), também é requisito obrigatório a relocalização pois, tal como refere o autor, “pois é através dela que se pode realizar a transformação da economia e da vida dos indivíduos. (...) Trata-se de incrementar a autonomia local, nomeadamente a nível alimentar, energético e económico, através da valorização da produção agrícola de proximidade e da autossuficiência energética” (Ribeiro, 2017, p. 135).

Certo de que o decrescimento, ou a construção de uma nova visão para o desenvolvimento, é a solução para os problemas que a sociedade atual enfrenta, Ribeiro (2017) explica que esta desaceleração da economia e a adoção dos oito “R’s” de Latouche (2009) demandam a construção de um projeto político totalmente inovador e suportado em bases coletivas que tenham como froco central a ideia de território “enquanto espaço de vida comum, participado e democrático” (Ribeiro, 2017, p. 134). Assim, este autor faz uma readaptação dos “R’s” analisados e propõe que a mesma seja implementada em projetos de decrescimento local. De acordo com o autor estes projetos devem ser suportados por pilares básicos como seja a redução de energia, a utilização alargada à comunidade das cantinas escolares, a boa gestão de hospitais e instituições solidárias existentes, a primazia da compostagem dos resíduos orgânicos

e a fertilização consciente e biológica, com o resultado da compostagem, das produções agrícolas. É ainda fundamental que cada comunidade local privilegie a eliminação do uso de pesticidas químicos, tanto nas suas produções agrícolas quanto nos jardins públicos e parques e promova estratégias que favoreçam a utilização massiva dos transportes públicos e das ciclovias.

Os ideais propostos por Ribeiro (2017) veem no sentido dos que foram defendidos por Taibo (2010) quando sustentou que o novo projeto social, pós capitalista e pós desenvolvimentista, deve consolidar-se nos alicerces da simplicidade e sobriedade voluntárias, que se podem começar a expressar na redução manifesta da ânsia consumista e do privilégio do lazer em detrimento do trabalho. De acordo com este autor, a redução do tempo do trabalho por parte de cada indivíduo favorece o combate à centralidade e contribui para o alargamento do mercado de trabalho a um maior número de cidadãos, combatendo-se, desta mesma maneira, as taxas de desemprego e desigualdades sociais. Do conjunto de alicerces defendidos por Taibo (2010), que contam a totalidade de seis, constam ainda a “primazia da partilha face às lógicas da propriedade e do consumo ilimitado” (p. 134) a “redução de muitas das estruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte” (Ibidem); a “valorização do local face ao global, de forma a reduzir o uso dos transportes, especialmente as viagens de longa distância” (Ibidem) e o “aprofundamento das políticas redistributivas, incluindo a implementação nos países mais ricos do rendimento básico de cidadania” (Ibidem).

A nova realidade social, que abraça toda a história do desenvolvimento e a multiplicidade de interpretações que este foi tendo ao longo das décadas, parece, face ao que deixamos explícito nos últimos parágrafos desta análise, ter encontrado novos significados para o termo que analisamos. Trata-se de uma interpretação quase de oposição, um antónimo, aos primeiros conceitos que lhe foram apontados que, na verdade, resulta da constatação efetiva dos antónimos reais do progresso e do crescimento. O desenvolvimento que antes denotava produção, consumo, riqueza, exportação e importação, transações de bens e produtos a nível global, agora parece estar esconso na retração do industrialismo e da produção em massa, albergado no seio de uma região ou de uma comunidade local, pronto para se esquivar ao destino que Ernst Friedrich Schumacher (1985) lhe previu, quando já se mostrava defensor das políticas de desenvolvimento local e as procurava exaltar, apresentando, em modo argumentativo, a sua visão de futuro caso a humanidade não mudasse a forma de entender e fazer o desenvolvimento: “se a política de desenvolvimento se preocupar meramente, ou primordialmente, com a «índia como-um-todo», o curso natural das

coisas irá concentrar o desenvolvimento, sobretudo, nalgumas poucas áreas metropolitanas, ou seja, no setor moderno. Vastas áreas dentro do país, contendo 80% ou mais, da população, pouco beneficiarão e podem mesmo sofrer com esse desenvolvimento. O resultado do «desenvolvimento» é que umas minorias de pessoas afortunadas terão as suas fortunas grandemente acrescidas, ao passo que, os que realmente carecem de ajuda, ficam mais desamparados do que nunca. Se a finalidade do desenvolvimento é ajudar os que mais precisam então cada «região» ou «um processo, método, programa, instituição, e/ou distrito» do país necessita de ter o seu desenvolvimento próprio: é isso que se quer significar com uma abordagem «regional»” (Schumcher, 1985, p. 147).

2. Desenvolvimento comunitário

Partindo dos conceitos de desenvolvimento acima explorados e da sua sùmula possível pode-se, dada a mais que sublinhada complexidade e multidimensionalidade do conceito, considerar o desenvolvimento como um processo que resulta em mudanças sociais, realizado coletivamente e que tem impacto tanto a nível económico, como no plano político e na esfera sociocultural.

Assim entendido, o desenvolvimento, compreende também tudo o que é local e regional, sendo estas as dimensões que, no contexto desenvolvimentista, representam o “homem” e a sua envolvência e também são a expressão da consciência de materialidade social de cada indivíduo. É no seio da cultura local/regional que o dinamismo do desenvolvimento acontece, pois é aí que estão as representações do imaginário possível e a realidade das decisões sobre o uso dos recursos sociais e naturais (Schallenberger, 2003). Falar de desenvolvimento impõem, por isso, que se considere estas referências, sendo as mesmas elevadas, neste contexto, ao patamar matricial da própria conceção de desenvolvimento.

No entanto, e não obstante esta realidade, o conceito de desenvolvimento comunitário, à semelhança do que acontece com a significação do desenvolvimento em si mesmo, é, muitas vezes interpretado de forma errada, sendo que, frequentemente, aparece associado à ideia de um procedimento coletivo e radical, que, por meio da participação organizada de grupos sociais locais e da ação que estes desenvolvem apontam o caminho para a libertação e emancipação dos indivíduos (Fragoso, 2005). Esta “falácia”, como a considerou Fragoso (2005), é, no entanto, facilmente desmontada se se atentar à história da própria humanidade, em particular, ao tempo do colonialismo, altura em que o termo e concetualização que então lhe queriam dar, se usava como instrumento

de manipulação social e meio de alcançar, de forma pacífica, a integração dos grupos sociais, em particular, os mais apartados e tumultuosos.

Ciente desta potencial dualidade de critérios e significações para o desenvolvimento comunitário, Mayo (1994), considerou a tarefa de explicar este conceito como “uma espada de dois gumes” (p. 3), sublinhando, em modo explicativo, que o desenvolvimento comunitário podia, de facto, considerar-se um processo radical mas também não estariam errados os teóricos, investigadores e todos os outros indivíduos que o apresentassem como sendo uma ação de intervenção no meio local de âmbito fortemente conservador. Segundo opinião deste autor a propensão radical do conceito deriva da sua capacidade de promoção de decisões junto dos indivíduos e também de conseguir controlar estas mesmas decisões. Tais forças advêm da capacidade que o desenvolvimento comunitário tem para promover a participação ativa dos elementos de uma comunidade em torno de um objetivo (Mayo, 1994).

O mesmo investigador explica que a outra vertente do conceito, a conservadora, lhe advêm da tendência, tantas vezes denotada, de se constituir como mecanismo para promover a manutenção das condições locais já existentes, apelando à especificidade e valor dos seus costumes e garantido que os esquemas de distribuição do poder se mantenham inalterados (Ibidem).

Face a esta dualidade de significação o passo para se encontrar um consenso concetual, tal como mais tarde vieram sustentar Diéguez e Guardiola (2000), deve contemplar duas fases, sendo a primeira a definição exata de comunidade e a segunda a constituição de um esquema de valor que possa vir a acrescentar qualidade a essa mesma comunidade.

Para aferirem esta base de significação para o desenvolvimento comunitário Diéguez e Guardiola (2000) fizeram um périplo concetual e destacaram algumas definições de que o conceito foi alvo ao longo dos tempos, como, por exemplo, a que lhe foi apontada por Gavazzo (in Diéguez & Guardiola, 2000) que defendeu a existência nas comunidades de quatro elementos fundamentais e diferenciadores, sendo eles: a área geográfica; as pessoas que vivem nessa área em concreto e que são fruto da interação entre si e entre o meio que as acolhe; os interesses que essas pessoas têm em comum; e a existência (ou não) de uma unidade funcional que sirva o propósito de expressar a solidariedade desse grupo de pessoas. Esta definição de Gavazzo (in Diéguez & Guardiola, 2000) tem a singularidade de abranger não só os modos das relações que existem entre os indivíduos de uma comunidade mas também contempla o âmbito das relações que se estabelecem entre os indivíduos e o meio que os envolve.

Aqui também tem cabimento a definição que Holdcroft (1978), onde se entendia o desenvolvimento comunitário como sendo um movimento que “envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas; promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comuns à comunidade; estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário” (p. 10).

Numa outra abordagem ao conceito, proposta por Ander-Egg (1982) o desenvolvimento comunitário aparece definido como sendo um “agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interage mais intensamente entre si que noutro contexto” (p. 45). Tal como havia determinado Gavazzo (in Diéguez & Guardiola, 2000) também os autores da proposta de definição agora apresentada destacaram, como elementos diferenciadores do desenvolvimento comunitário, o fator geográfico e a unidade social.

Ware (1986) colocou a tônica concetual no âmbito da comunidade e definiu esta última como um conjunto de indivíduos que, de alguma forma, se relacionam entre si, contando com os mesmos recursos físicos e estando ligados no objetivo de evolução permanente com vista a atingir o bem-estar comunitário e a melhoria das condições de vida de todos os elementos integrantes desse grupo. Partindo da mesma base concetual, a comunidade, que considerou elemento fulcral para a caracterização do desenvolvimento comunitário, Marchioni (1997) haveria de vir acrescentar à definição de Ware (1986) a nomeação dos quatro elementos fundamentais na composição concetual do conceito em análise, nomeadamente, o território, a população, os recursos e as necessidades da população.

Mais uma vez, e tal como se depreende por via da análise às definições apresentadas, a geografia, os indivíduos circunscritos a um determinado lugar territorial, os recursos que esse lugar coloca ao dispor de quem o habita e as expectativas e necessidades dessas pessoas, apresentam-se como elementos caracterizadores comuns.

Mas esta homogeneidade concetual é apenas uma ilusão, pois as observações mais profundas denotam que o próprio conceito de comunidade, basilar em qualquer definição de desenvolvimento comunitário, tem mais do que um sentido, sobretudo quando analisada à luz da sua própria história e da evolução teórica da sociologia

clássica. Assim, e para que se possa encontrar um caminho satisfatório, e o mais acertado possível, conducente à cabal interpretação do conceito, importa também que se analise a diversidade de definições, interpretações e sentidos que o termo comunidade foi registando ao longo dos anos.

Após o levantamento e análise de cerca de noventa definições para comunidade, Bulmer (1987), disse, na altura, que entre todas estas definições o único elemento comum que encontrou foi o facto de o conceito aparecer sempre relacionado com pessoas. Segundo este autor, que apenas estudou artigos sociológicos, o conceito de comunidade foi utilizado inúmeras vezes, e de forma intencional, como instrumento político, facto que serviu para que a já reconhecida ambiguidade do termo, ao mesmo tempo que a definição se revestia de uma boa dose de desconfiança por parte de muitos teóricos e investigadores.

Em 1996, Shanahan, após a realização de uma revisão da literatura sobre a mesma, apontou-a como sendo uma localidade, uma atividade social e até mesmo como estrutura social. Este mesmo autor destacou ainda alguns artigos analisados em que a comunidade era revestida da capacidade de dotar os indivíduos do sentimento de pertença e de lhes oferecer garantia de solidariedade e possibilidade de participação ativa.

Pelos dois exemplos apresentados, depreende-se que o termo comunidade se reveste de uma multiplicidade de sentidos, pelo que, para a sua compreensão no âmbito do desenvolvimento comunitário, importa avaliar o sentido dos ideais humanísticos de mutualidade e de preocupações coletivas (Fragoso, 2005). É pois no âmbito deste enquadramento concetual, e segundo a opinião de Fragoso (2005), que o desenvolvimento comunitário se divide em duas tendências principais.

Por um lado, depreende-se que o conceito tem a sua origem durante o período da modernização, altura em que se começou a registar a necessidade de encontrar caminhos para a integração social e a entender o desenvolvimento no contexto das suas desvantagens, nomeadamente as que se prendem com o exacerbado crescimento económico. Este cenário abriu as portas à introdução de novos processos de aprendizagem que, depressa, haveriam de vir a ser deturpados. Tratavam-se de processos que davam primazia às relações e apontava formas de intervenção, defendendo valores que apontavam caminhos de transição das comunidades para outras formas de coesão social em que os direitos individuais e a divisão do trabalho ganhavam forma (McClenaghan, 1999). Por esta via conseguiu-se recriar em quase todos os países ocidentais o mesmo molde de desenvolvimento comunitário, sobretudo

através da fixação da união comunitária expressa na criação da União Europeia (Fragoso, 2005). Estas ideias depressa permitiram a proliferação das ideias de modernização que se tentava combater, pois o espaço para o crescimento económico aumentou e com ele o individualismo.

A outra tendência de pensamento para o conceito de desenvolvimento comunitário gerou-se por meio do reconhecimento da soberania de antigas colónias espalhadas pelo mundo, que precisavam de apoio ao longo dos processos de estabelecimento da sua independência. Durante o período deste novo *satus* político e social o desenvolvimento comunitário foi assumido como instrumento importado, a que se juntavam vozes e conhecimentos vindos do exterior e que, na maioria das vezes, apenas encontravam aqui um meio facilitador para dar continuidade ao espírito do colonizador de outrora (Fragoso, 2005). Segundo Rodríguez (1970), teórico que analisou este contexto de intervenção à luz da importância do desenvolvimento comunitário num período cronológico ainda muito próximo da ocorrência destes acontecimentos, a descolonização foi favorecedora do processo de entendimento de desenvolvimento comunitário e terá sido ao longo da década de 60 do século passado que mais concetualizações e definições para o conceito foram sendo construídas e publicados (Rodríguez, 1970).

Por via do que até agora se analisou, depreende-se que os maiores programas de desenvolvimento comunitário decorrerem de forma centralizada e foram instrumentos de ação dos governos, tendo quase todos os programas experimentados sido baseados em procedimentos de canalização de ações, o que viria a resultar em desenvolvimento das comunidades mas só a nível técnico e científico.

Quando o mundo teórico deu conta destes entraves, a concetualização de desenvolvimento comunitário voltou a ganhar estatuto de ubiquidade e as novas interpretações apresentadas, embora continuassem a ter no indivíduo o elemento central, passaram a considera-lo no âmbito da sua característica de sujeito social, e a dotá-lo da capacidade de intervir ativamente nos assuntos que se relacionam com a sua vida (Fragoso, 2005).

Segundo esta nova visão do desenvolvimento comunitário, a meta ou objetivo maior passa a ser a melhoria e a promoção da qualidade das condições de vida das populações. No entanto, e segundo defende Fragoso (2005) em muitos casos registou-se uma desconformidade entre as definições que se publicavam e defendiam e a sua concretização propriamente dita. Não obstante estes entraves, o certo é que, algumas contribuições vieram a ganhar destaque no contexto desenvolvimental das

comunidades, tal como o facto dos estudos e da concretização de projetos de desenvolvimento comunitário ter contribuído, antes de tudo, para que as populações fossem chamadas a reconhecer e identificar os seus problemas (Rezsosazy, 1988).

Twelvetrees (1991) aponta também, como contribuição positiva, o facto deste campo de investigação ter servido o propósito de valorização do coletivo e a sua primazia na implementação de ações. Segundo este autor, ou como poucos anos mais tarde também Taylor (1993) e Friedmann (1996), viriam reforçar, uma das fontes mais distintas e importantes desta mudança social provocada pelo empenho no desenvolvimento comunitário foi a dotação de *empowerment* às comunidades, bem assim como o facto da grande maioria dos processos resultar em evoluções ao nível da educação e da abertura das consciências das pessoas para a solidariedade, o voluntariado e a evolução do seu próprio espaço regional.

3. Desenvolvimento sustentável

O século XX foi protagonista temporal de uma exploração desenfreada e sem precedentes dos recursos naturais com o intento de fomentar o crescimento económico, mas que, por consequência gerou efeitos nefastos, traduzidos em graves problemas ambientais e sociais à escala global.

No século XXI, embora as sociedades estivessem mais conscientes destas repercussões, a atividade humana continua a gerar impactos negativos que inviabilizam o futuro da humanidade nos moldes que até agora vivemos. O planeta está mais quente; o nível das águas do mar está a subir; os oceanos estão mais ácidos e contaminados com plástico; são cada vez mais previsíveis a ocorrência de conflitos e migrações pelo acesso a água potável e a solos férteis; os fenómenos ambientais são cada vez mais presentes, originando catástrofes naturais que provocam a destruição massiva de regiões e a destruição das florestas e da biodiversidade com a consequente extinção de milhões de espécies.

Esta nova realidade planetária é desafiante pois estamos, atualmente, a lidar como os maiores êxodos humanos, e os nossos resíduos poluentes estão a entrar na nossa cadeia alimentar. O filósofo português Soromenho-Marques, afirma que “tornamos cada dia que passa, as regiões que habitamos em lugares onde diminui a diversidade biológica e onde se enfraquece a capacidade de suporte para a nossa própria existência duradoura, sustentável, como civilização humana” (2005, p.13). Corroborando com esta análise, hoje, para boa parte das crianças, os pirilampos pertencem apenas à

fantasia e imaginação tal como acontecerá no futuro com as borboletas e outros frágeis seres vivos. Todas estas transformações, da responsabilidade da ação humana, geram, todos os anos, emergências humanitárias e ambientais afetando as populações humanas mais pobres e as regiões do planeta que menos contribuíram para este triste cenário.

Necessitamos assim, de respostas coletivas intersetoriais, concertadas, globais, e coerentes das políticas nacionais e internacionais, mas também de competências individuais que nos habilitem enquanto profissionais a ser parte da solução e a contribuir para uma sustentabilidade global.

Foram vários os momentos, alguns históricos, em que a agenda política internacional debateu a sustentabilidade a que ainda hoje tentamos responder. Realça-se o grande marco da humanidade em 1948, ano da declaração Universal dos Direitos Humanos, seguindo-se outros momentos, dentre os quais se destaca, em 1979 a 1ª Conferência sobre o Clima, em 1987, o Relatório Brundtland, em 1997 o protocolo de Quioto, em 2010 a Declaração do Milénio revista em 2015 com os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e por fim o Acordo de Paris, em 2016.

A tese do desenvolvimento sustentável ganhou maior projeção a partir do Relatório Brundtland (1987), oficialmente denominado de “O nosso futuro comum”, segundo o qual, o desenvolvimento sustentável preconiza a “satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). O tema da sustentabilidade voltaria a ser retomado no Rio de Janeiro na 2ª Conferência das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente Humano, que deu origem ao Programa Agenda 21 Global. Por meio deste programa promoveram-se políticas impulsionadoras da relevância internacional de promoção do desenvolvimento sustentável, criando-se a estratégia de “tripé”: a eficiência económica, a justiça social e a preservação e valorização ambiental, enquanto dimensões interdependentes para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A Agenda 21 Local, foi sendo substituída por novas políticas, sendo que em 1994, na Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis, conhecida por Conferência de Aalborg, foi aprovado um documento que apresentava as opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável em meios urbanos. Também o Protocolo de Quioto em 1997, retificado em 1999, reforçou os compromissos mundiais de modo a serem reduzidas as emissões de gases de efeito de estufa, mas alguns países recusaram-se a assinar este documento entre os quais, os EUA, por rejeitarem a ocorrência das

alterações climáticas uma vez que estas concorrem contra o desenvolvimento económico daquele país. Trata-se de uma atitude deplorável que os governantes norte-americanos reiteram com todos os pontos e vírgulas no acordo recentemente assinado em Paris.

Esta não participação de um dos países mais poluentes e industrializados do mundo veio contrariar um longo processo de evolução para o desenvolvimento sustentável. Em 2002, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, cimentava muitas esperanças nos resultados práticos. A Convenção de Joanesburgo gerou dois documentos fundamentais, a Declaração de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável que especificava vários compromissos rumo ao desenvolvimento sustentável e simultaneamente, o Plano de Implementação de Joanesburgo, que estabelece que todos os Estados devem realizar progressos na formulação e elaboração das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável. Em Dezembro de 2009, a Cimeira de Copenhaga “ United Nations Climate Change Conference ou COP15”, pretendeu unir os Estados, através da assinatura de um novo protocolo que substituiu o documento assinado em Quioto, mas, mais uma vez, alguns países ficaram de fora deste acordo por se recusarem a admitir a responsabilidade de trabalharem em prol da redução de emissões de gases de estufa nos seus territórios. Só em 205 se voltariam a retemperar esperanças face à realização e um acordo conjunto que viria a ser assinado em Paris e constituiu um passo fulcral no processo de solidificação e cooperação internacional em relação às alterações climáticas e à redução da emissão dos gases que, de forma direta, destroem a camada de ozono e favorecem a subida da temperatura global. No mesmo acordo, reforçou-se, também, a necessidade de aumentar a transparência e a confiança entre as empresas e as metas estabelecidas.

Em paralelo à agenda política, os media e as redes sociais realçaram a fragilidade da humanidade, através de uma maior transparência face aos impactos das alterações climáticas. A destruição de Nova Orleães pelo furacão Katrina, em Agosto de 2005, remeteu a sociedade ocidental, em particular os americanos, para um novo patamar de consciência, e os habitantes do país cuja cidade foi devastada pela catástrofe natural, passaram a estar mais recetivos à problemática das alterações climáticas. Em 2006, o Ex-Vice-Presidente americano, Al Gore, apresentava um documentário alarmante e recoberto de verdades que os americanos não quiseram ver durante décadas, sobre o futuro do nosso Planeta. O mesmo responsável voltou a insistir nesta mensagem no ano seguinte. Através da divulgação do documentário “A Verdade Inconveniente” mostrou a ameaça real das alterações climáticas e as consequências

prováveis da sua continuidade agravada pela negligência humana. Nesse mesmo ano, ano da realização do “Live Earth”, evento musical simbólico realizado a 7 de julho de 2007 à escala global, ano também do lançamento do documentário a “Eleventh Hour”, com sequência em 2019, e de “Ice on Fire”, da realização do conceituado ator de Hollywood, Leonardo DiCaprio, a consciência coletiva dos americanos e vários outros países ocidentais foi ganhando conscientização face à maior responsabilidade social e ambiental.

Em Portugal, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, de 1 de Março de 2002, definiu-se o enquadramento de elaboração e coordenação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), em que o envolvimento de outros serviços, organismos e entidades, quer da Administração Pública, quer da sociedade civil estava assegurado. Com a Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2005, de 30 de Junho de 2005, foi constituída a primeira equipa de projeto com o objetivo de elaborar uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, integrando: um Quadro Estratégico, que continha a enunciação dos objetivos e das orientações estratégicas; um Programa de Ação, identificando, objetivamente, as medidas, as ações e os instrumentos para atingir esses objetivos; e um Programa de Monitorização e Avaliação, traduzido num sistema de indicadores e de mecanismos de acompanhamento e controlo de implementação. Deste modo, e resultante de um esforço iniciado em 2002, foi apresentado em 2007 um documento orientador para todo o território nacional, designado de Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), que viria a ser aprovado pelo governo em Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, com o desígnio de “Retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.

Em 2010, foi aprovada a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, sendo revista em 2015, ano em que se criava o Programa Nacional para o Crescimento Verde com a missão de “fomentar em Portugal um crescimento económico “verde” com impacto nacional e visibilidade internacional, estimulando as atividades económicas verdes, promovendo a eficiência no uso dos recursos e contribuindo para a sustentabilidade. Em Portugal, e a nível internacional, exigem-se assim competências que respondam estrategicamente a estes desafios, em constante atualização e com rápidas mudanças tecnológicas e desafios empresariais e económicos.

O resultado da “pedagogia da catástrofe”, a coragem e sabedoria que retiramos da experiência de sofrimento associada aos problemas sem resposta do mundo contemporâneo (Soromenho-Marques 2005, p.168), está, acredita-se, a surtir resultados. O aperfeiçoamento das instituições internacionais e nacionais das políticas públicas e da responsabilidade ética das empresas e das pessoas no usufruto da sua cidadania, estão a criar mudanças de paradigma, promovidas por uma geração designada de *millennials*, defensores da economia da partilha, da economia circular e da tecnologia ao serviço da humanidade.

3.1. A sustentabilidade como princípio de desenvolvimento da nossa casa comum

A noção de desenvolvimento sustentável e as estratégias delineadas em sua função exigem um pensamento e uma ação da escala local à global, do contexto familiar ao profissional e da ação individual à coletiva. Estas estratégias têm subjacente um valor de compromisso e solidariedade com as futuras gerações, de modo a assegurar a qualidade da vida humana e do planeta, a que também designamos de “casa comum”. Assim, a sustentabilidade implica a integração equilibrada e sustentável das três dimensões essenciais: económica, social e ambiental, mas também da cultural e política. Assume-se numa lógica de desenvolvimento integrado que engloba diferentes dimensões da vida, numa visão sistémica e holística da realidade, não apenas dependentes da preservação dos recursos e ecossistemas naturais, mas também das identidades e da diversidade cultural. A sustentabilidade é um imperativo inquestionável da redefinição das sociedades sendo necessário o reforço de competências que aproximem o papel dos cidadãos com a responsabilidade e ação profissional.

A sustentabilidade implica competências transversais e holísticas que respondam aos desafios também eles interdependentes e multidimensionais. A dimensão ambiental, através da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais; a dimensão social, que sustenta o desenvolvimento equitativo das sociedades, respondendo às necessidades sociais de compreensão cultural das pessoas e dos seus territórios; a dimensão económica, não pela perspetiva do séc. XX, mas respondendo à necessidade de desenvolvimento, baseado na partilha, na cooperação e no cuidar da mesma casa comum, ou seja, uma economia para todas as pessoas mas também para toda a natureza.

A sustentabilidade pressupõe também a valorização de uma perspectiva ecocêntrica em substituição da antropocêntrica, ou seja, a humanidade deve ser entendida como parte igual e não dominante da natureza numa mesma “casa comum”. A conjugação das diferentes dimensões na perspectiva individual, exige sabedoria e experiência emocional com valores universais. É necessário interiorizar que os “recursos naturais pertencem a todos, a sua utilização desordenada e competitiva na perseguição do interesse egoísta de cada um traz a ruína de todos” (Magalhães, 2007, p. 42).

A problemática da insustentabilidade do planeta e a necessidade de conscientização da população mundial para a sustentabilidade da “nossa casa comum” tem merecido, nos últimos anos, atenção por parte dos mais variados quadrantes sociais e políticos e até mesmo o Vaticano, na voz do Papa Francisco, divulgou em 2015 uma carta Encíclica denominada, precisamente, “Sobre o Cuidado da Casa Comum” onde se faz o apelo ao respeito e necessidade de proteção da natureza. No início do documento, e atendendo à sua natureza religiosa, lembra-se que São Francisco de Assis comparava o planeta, que era a casa de todos, a nossa casa comum, a uma irmã “com quem partilhamos a existência, (...) ou uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (Francisco, 2015, p. 1). Nas palavras do Papa Francisco, a “irmã” natureza é apresentada em sofrimento contra os males e os danos que todos nós lhe infligimos sempre que usamos de forma irresponsável os bens que dela tiramos e que são “oferta de Deus” (Ibidem). De facto, e ainda de acordo com o que se lê nesta encíclica, a natureza está em profundo sofrimento porque o Ser Humano se habituou a pensar ao longo dos séculos que é o seu dono e, como tal, pode dela fazer o que quiser. Esta noção de propriedade da terra e de tudo o que dela provém acentuou-se nas últimas décadas, quase na imediata proporção do esquecimento generalizados dos humanos em relação a si próprios e à sua própria natureza. Sim, porque os humanos também são elemento dessa casa comum que se degrada e está em sofrimento, também eles são compostos por elementos biológicos que a natureza construiu e também eles virão a sofrer, no próprio corpo, as consequências desta degradação. As consequências nefastas para os seres humanos, resultantes do estilo de vida global afastado da sustentabilidade, afetam-no também na sua dimensão social, donde deriva a desigualdade de oportunidades a nível mundial, sendo que as populações mais afetadas pelas alterações climáticas e pelas catástrofes naturais são as que já padecem seriamente com a falta de alimentos e mesmo a morte.

A ideia da natureza como a “nossa casa comum”, que o Papa Francisco subscreveu, pressupõe o abandono do individualismo e a derrelição dos ideais societários que a sociedade ocidental exaltou ao longo de todo o século XX. Na “nossa casa comum” o

indivíduo terá que deixar de ser o eixo de toda a organização social e as reivindicações dos direitos à liberdade e à autonomia que marcaram toda a história da evolução social ao longo do século passado terão de mudar de rumo. Nesta nova perspectiva de vivência com sustentabilidade os conceitos de primazia da satisfação das necessidades básicas e fundamentais do Homem, onde para além da alimentação, segurança e conforto, se contam as necessidades de autossatisfação social, cultural e espiritual defendidas por autores como Maslow (1954)², Herzberg (1959)³, Lebret (1897-1966) e Perroux (1903-1987)⁴ deixam de fazer sentido.

Trata-se de um volte face ao individualismo mas, tal como se definiu na Cimeira Mundial de Copenhaga em 1995, não prefigura a colocação do ser humano em segundo plano na conjectura do desenvolvimento, antes reclama para o Homem a posição de objetivo central de todo o processo evolutivo. Segundo esta conceção, o ser humano continua a ter a necessidade de trabalhar e a ter que suprir as suas necessidades, no entanto este processo de suprimento passa a desenrolar-se em compatibilidade com uma vida sã, produtiva e em harmonia com a Natureza. Salinas Ramos (1999) defende que o caminho para esta meta demanda requisitos determinantes em que o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades civis sem nenhum tipo de discriminação se deve envolver com a participação dos portadores desses direitos e das coletividades onde ele se integra na vida social e que esta tem que ter por “pilar a livre determinação dos povos e o pleno respeito pela sua identidade cultural” (p. 61).

Tal como o autor anteriormente referido, também Colom (2000) defende a ideia de que a necessidade de desenvolvimento passa pela integração de diferentes dimensões, nomeadamente uma dimensão sistémica que permita a execução de planos de

² Autor da Teoria da Hierarquia das necessidades que se suporta na ideia de que os indivíduos têm um conjunto de necessidades básicas, comuns a todos, que dão origem às suas motivações, admite a possibilidade das referidas necessidades estarem dispostas e funcionarem em função de uma hierarquia que tem por necessidade principal as questões relacionadas com a fisiologia dos indivíduos, seguindo-se a necessidade de segurança, de estabilidade e da proteção contra danos físicos e emocionais e, após estas, o indivíduo quererá satisfazer necessidades de ordem social, dando conta de promover relações de pertença e amizade, de afeto e de aceitação no grupo. No âmbito desta escala, e segundo Maslow (1954), seguem-se as necessidades relacionadas com a autoestima do indivíduo, inserindo-se aqui as necessidades de autoconfiança, autonomia, sentido de realização pessoal, prestígio, reconhecimento e autorrealização, que se traduz na evolução da carreira profissional, sendo, esta última percebida como contrária aos princípios da sustentabilidade.

³ Autor da teoria da higiene-motivação ou, também designada de teoria bifatorial. Segundo a perspectiva desta teoria os indivíduos têm dois grupos de necessidades independentes que correspondem à realização, ao reconhecimento, ao trabalho; à responsabilidade e às possibilidades de promoção.

⁴ Lebret (1897-1966) e Perroux (1903-1987) defenderam uma nova abordagem do planeamento territorial, relacionando as questões do meio físico-geográfico com os problemas do desenvolvimento.

sustentabilidade suportados numa visão do mundo interrelacionado com todos os seus elementos e qualidades sendo que duas qualidades fundamentais devem prevalecer: a singularidade e a independência das coisas. Trata-se, pois, de uma visão sistémica que apresenta o mundo como um conjunto interligado e interdependente que, influencia, e é simultaneamente influenciado, por cada um dos elementos que o compõe. De acordo com a opinião deste autor a sustentabilidade da “nossa casa comum” pressupõe “uma visão dinâmica da realidade e dotada de todas as qualidades próprias dos sistemas” (Colom, 2000, p. 76). Para além da dimensão sistémica, esta nova dinâmica do desenvolvimento também deve ter uma dimensão global, que em perfeita sintonia com a dimensão anterior, vai servir para ajudar ao entendimento do programa de desenvolvimento como um programa total que atende à globalidade dos aspetos e elementos que compõem a vida das comunidades.

O individualismo ultrapassado em função da proteção da natureza, dessa casa onde todos habitamos, e em prol de um novo modelo de desenvolvimento que tenha na sustentabilidade a sua base primordial, deve dar lugar a um desenvolvimento que não exprime “apenas a ideia de um bem-estar material, mas também maior dignidade humana, segurança, justiça e igualdade” (Relatório Brundtland, 1987, p. 86). É por isso que a proteção da nossa casa comum deve dar lugar à participação, em detrimento do individualismo, na medida em que esta se entende elemento fundamental para a democratização das sociedades. Esta sustentação tem por base a ideia de que “não se pode transformar nem melhorar a realidade sem que os agentes da sociedade estejam conscientes das mudanças e se comprometam com a promoção” (Ibidem, p. 87).

Só por meio da participação se torna concretizável a elevação dos espaços democráticos de expressão, interação e decisão a nível político, social, económico e cultural (Ibidem).

4. Desenvolvimento local

O desenvolvimento local é, na opinião de vários autores (Polèse & Stren, 2000; Henriques, 2006; Castilho, Arenhardt & Bourlegat, 2009; Faria, 2012; Martínez, Villa & Vázquez, 2013), o melhor nível de promoção da sustentabilidade, na medida em que só ele detém a característica de proximidade capaz de responder aos desafios de integração que se colocam à maioria das comunidades mundiais onde a cidadania se reinventa a cada dia. Por via desta particularidade e potencial, o desenvolvimento

local tem merecido atenção por parte de várias organizações mundiais desde os anos 80 do século passado (Henriques, 2006).

Entendido num contexto de compatibilidade entre o ambiente, as comunidades e a sustentabilidade, o desenvolvimento local tende a ser concetualizado na mesma linha de entendimento que se coloca para o desenvolvimento em si mesmo, ou seja, sob a égide de duas linhas teóricas embasadas pelo pensamento económico (Martinelli & Joyal, 2004). Por um lado, e do ponto de vista teórico, o conceito apresenta-se como sinónimo de crescimento das finanças locais e, numa outra face, conjetural e empírica, é entendido como elemento proporcionador de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, enfocando, neste âmbito, parâmetros estruturais comuns como a saúde, a educação, a segurança e a qualidade ambiental (Souza, 2005; Araújo, 2010).

Aos conceitos de desenvolvimento que acima analisamos e à ideia base que prevalece dessa análise, de que a conceção de desenvolvimento não pode configurar-se ao acumulo de bens e dinheiro (Sen, 2010), é importante acrescentar a noção indelével de espaço geográfico, ou seja, o desenvolvimento ocorre num espaço concreto, numa comunidade, pelo que a sua natureza territorial é inegável (Faria, 2012; Martínez, Villa & Vázquez, 2013). E é por via desta característica que se subscreve a ideia padrão de que as comunidades locais são as protagonistas do desenvolvimento e podem assumir ter o papel de promotoras do desenvolvimento sustentável (Castilho, Arenhardt & Bourlegat, 2009; Martínez, Villa & Vázquez, 2013). O conceito de local que aqui prevalece tem, no entanto, que diferir da visão tradicional que o concetualizava como o lugar de materialização de resultados das tendências económicas e apartar-se da ideia de crescimento polarizado, passando a assumir uma nova racionalização concentrada no crescimento do local e das zonas circundantes, e na elevação das culturas locais (Gomez, Freitas & Callejas, 2007).

De facto, ao pensarmos o desenvolvimento sustentável quando enquadrado na perspetiva local estamos, tal como afirma Martins (2002) a “dotá-lo de um carácter mais humano” pois, pressupõem-se, que os indivíduos que compõem a comunidade são participantes da vida da mesma e interagem entre si com vista à criação de desenvolvimento. Trata-se de uma construção que, ainda de acordo com Martins (2002), implica a participação comunitária, entendida como “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (Martins, 2002, p. 54).

Neste sentido temos que o desenvolvimento local implica “um processo de mudança de base comunitária, um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa

identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas” (Amaro et. al., 2004, p. 5).

É no seio deste construto que se deve, também, equacionar a qualidade de vida, não de um ponto de vista individual, mas a nível coletivo e tendo por pilar de orientação a promoção de boas condições de acesso à saúde, á educação, a condições públicas de boa salubridade e outras valências que concorrem para a melhoria do bem comum (Castilho, Arenhardt & Bourlegat, 2009). Neste contexto deve ainda ser avaliada a importância da construção e preservação da identidade comunitária, tratada como “imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local” (Kashimoto, Marinho & Russeff, 2002, p. 41).

Assim, afere-se determinante para o desenvolvimento local, a promoção de uma cidadania participativa que se suporte na captação e autonomização dos atores locais para, com eles, se proceder ao combate das desigualdades e se empreender a busca por soluções inovadoras (Melo, 1998). Segundo Melo (1998) todo este processo “implica uma visão comum e partilhada, promovendo iniciativas integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental” (p. 5).

Paralelamente, e segundo defendem Gomez, Freitas e Callejas (2007), este novo visionamento do desenvolvimento local contraria a ideia da existência de programas controlados internacionalmente e também afasta a autoridade de intervenção do estado, enquanto entidade afastada e nacional, dando, ao invés, “primazia às raízes populares básicas” (Gomez, Freitas & Callejas, 2007, p. 94) na medida em que, se, como dizem estes autores, “o desenvolvimento afeta o povo” (Ibidem) deve ser o povo a “controlar o seu destino” (Ibidem).

O desenvolvimento local é um conceito situado por vários autores, como resultado das experiências do desenvolvimento comunitário iniciadas a partir da década de 60 do século XX, nos países designados de países de terceiro mundo por ONGs ocidentais, que atuavam impulsionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Holdcroft (1978) defendia o desenvolvimento comunitário enquanto um processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que pretendia a congregação de esforços, para se encontrarem soluções, de forma democrática e com base científica, sugerindo que:

- “envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas;
- promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comuns à comunidade;

- estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. (Holdcroft, 1978, p. 10).

A dimensão democrática e cidadã considerada fundamental por Holdcroft foi readquirida para Melo (1998), considerando que a cidadania participativa, o empoderamento, a autonomização dos agentes locais aliadas a uma visão comum, partilhada e integrada era desenvolvimento local, ideia retomada à frente. O desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano, e a vida das comunidades. Esta proposta concetual de Melo (1998) que surge nas dinâmicas da rede Animar, é também partilhada por Amaro (et. al., 2004), que entendem o desenvolvimento local “como um processo de mudança de base comunitária, um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas” (p. 80). Trata-se de um conceito que defende que o desenvolvimento local enquanto um processo desencadeado a partir da constatação dos problemas locais pela própria comunidade, problemas para os quais os seus membros mobilizam as suas capacidades “endógenas” e recursos com vista à sua melhor resolução, fazendo-o através de um processo pedagógico e participativo. Amaro (et al, 2004 p.80) defendem que, reconhecendo a insuficiência dos recursos endógenos, os membros das comunidades procuram capacidades exógenas (humanas/técnicas, financeiras, informativas, materiais...) fora dos seus territórios, que reforcem a perspetiva multidimensional e integrada, consolidada numa lógica de parceria e de partilha de perspetivas e recursos, com base numa grande diversidade de protagonistas, caminhos e processos e com um alto impacto social na comunidade. Entendido como a partir da comunidade, mas também enquanto política comunitária, o parecer do Comité Económico e Social Europeu destaca o «Desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020» como a procura de mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento específico que permite a mobilização e envolvimento de comunidades e organizações locais, de modo a que estas contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando a coesão territorial.

Claro que, para aferirmos todos estes conceitos na sua ampla e verdadeira asserção, importa também esclarecer o significado de local que assume, pela dinâmica que lhe é intrinsecamente característica, uma multiplicidade de conceções. Assim, e quando analisado à luz do localismo clássico, enquadrado no seio do pensamento económico tradicional, este conceito pode ser clarificado como sendo um lugar de materialização

dos resultados das tendências económicas. É sob esta visão concetual que Myrdal, Hicherman, Vernon, Upietz (in Gomez, Freitas & Callejas, 2007), e outros autores, estabelecem o elo de ligação entre a teoria da localização e a teoria do crescimento económico que viria conduzir ao aparecimento da ideia de crescimento polarizado e introduzir a localização ótima de um determinado investimento. Também seria a que permitisse a produção de efeitos de difusão do crescimento económico pelos espaços circundantes como novo fator de racionalização nos esforços de promoção do desenvolvimento (Gomez, Freitas & Callejas, 2007).

A partir desta visão de local também se percecionou o desenvolvimento que se deseja para ele a partir “de baixo”, invertendo a direção dos seus processos de desenvolvimento e contrariando essa ideia superior de que o desenvolvimento local resulta de modelos de desenvolvimento criados nas instâncias mais elevadas, aquelas que criam e gerem programas internacionais. A perceção do conceito de local e de desenvolvimento, numa análise mais concreta e determinante, ressalva a importante noção de que esse desenvolvimento afeta o povo que vive no local e que, por ser o primeiro e principal afetado, esse povo deveria ser livre de controlar o seu destino. De facto, é importante sublinhar-se aqui que o povo é a representatividade fiel do recurso mais importante que o próprio processo de desenvolvimento local apresentado.

Foi, de resto, esta ideia, que esteve na base da criação do conceito de desenvolvimento comunitário, cuja expressão passou a fazer parte da linguagem internacional como meio de significar o conjunto dos processos pelos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos para, em conjunto, promoverem a situação económica, social e cultural das coletividades. Esta associação da vida das comunidades à vida de uma nação é que constitui a mola progressista de um país (Gomez, Freitas & Callejas, 2007).

No contexto concetual de local e desenvolvimento local, e no enquadramento que agora observamos, terá sido possível, pela primeira vez, abordar-se a temática do ecodesenvolvimento, pois esta só fazia sentido inserida no modelo de desenvolvimento dominante. Desde o tempo em que as primeiras preocupações ambientais colocaram esta terminologia na pauta dos assuntos internacionais, esse remoto ano de 1972 no palco da Conferência de Estocolmo, tornou-se evidente a necessidade de traçar novas estratégias de desenvolvimento de âmbito local que se apresentassem coerentes com as matrizes externas e de natureza sociopolíticas que o mundo planeava e visava implementar (Gomez, Freitas & Callejas, 2007). É neste contexto também que melhor se entende a opinião de Melo (1998), segundo a qual “a promoção de uma cidadania

participativa, a capacitação e autonomização dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras é um processo de desenvolvimento local que implica uma visão comum e partilhada, promovendo iniciativas integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental” (p. 5).

Entendido, então, à luz do localismo clássico como um ator coletivo na dramaturgia do desenvolvimento local, o local é o protagonista que “negocia continuamente a sua posição na hierarquia dos locais: é um local relacional” (Ruivo, 1993, p.97), cujo universo político não se cinge, em específico, ao lugar onde se encontra geograficamente plantado. Segundo Seabra (1993), o local pode ser definido como uma encruzilhada na medida em que, concetualmente, se torna espaço de concretização de uma multiplicidade de cruzamentos, “é no local que adquirem significado as políticas globais pelo modo como aí se concretizam e adaptam e relacionam, sendo afinal pelo conjunto constituído tais universos que se estrutura o edifício da política nacional” (p.97).

Se analisado sob a égide territorializada das relações sociais, o local terá o condão de operacionalizar a resenha entre as dimensões do social para, a partir desta síntese, reedificar e unificar a diversidade das lógicas de funcionamento dos seus atores individuais e coletivos, aqui o local não pode ser encarado como mero espaço de confronto e de conflitos, como também, o lugar de pertenças, de solidariedade. Assim, são atores territorialmente instalados, e que partilham uma identidade telúrica e um sentimento de pertença coletivo e de doação de energia para a realização dos processos que conduzam ao desenvolvimento (Ferreira & Guerra, 1993). É deste local que emana o desenvolvimento e este não é “local” “porque as forças que agem no seu território sejam inteiramente endógenas, mas porque os agentes locais negociam, controlam, integram as exogeneidades num projeto local de desenvolvimento” (Ferreira & Guerra, 1993, p. 312).

Retomando a ideia acima expressa da necessidade de clarificar e analisar o local no contexto da sua multiplicidade de conceções e para lá do âmbito das definições do localismo clássico já abordadas, o local tem também que ser estudado sob o ponto de vista da sua historicidade específica, apartado dos enredos deterministas dicotómicos que tantas vezes lhe tomam a voz e apresentado como objeto científico que semana do desenvolvimento local e se reveste de identidades sociais que em si e por si assumem funções complexas. Segundo esta perspetiva, o local, sempre revestido de validade paradigmática, não pode ser recurso único para se explicar as formas e o conteúdo do desenvolvimento que nele ocorre, pois o desenvolvimento local não é “um

mero fenómeno coletivo de incidência territorial endogénica que supera as insuficiências de institucionalização e de socialização do Estado-Nação” (Ferreira & Guerra, 1993, p.495) e, portanto, não pode ser, no âmbito dos seus princípios e práticas, analisado como conjunto de simples realidades epifenomenais de adaptação e de reação.

Neste contexto, e segundo esta perspetiva, o local pode também ser designado de território, onde a identidade e o controlo (no sentido de domínio ou posse) se afirmam num espaço e estão sujeitos a uma apropriação coletiva que coloca os habitantes desse lugar a vivenciarem os mesmos interesses e a partilharem referências culturais comuns. Enquanto território, palco do desenvolvimento local e espaço de acolhimento de diferentes atributos, o local é berço de um desenvolvimento que implica “a criação ou reforço de ligações, a integração de pessoas e dos seus ambientes sociais” (Moreno, 2003, p.34) e apresenta-se como situação concreta, palpável, passível de ser acedida por qualquer pessoa, seja em cenário rural seja no seio das maiores urbanidades. “Por este motivo, a rede ‘Animar’, ao procurar promover a integração territorial, como inerência da solidariedade económica e social entre todos os ativos, inclui entre os seus membros entidades urbanas, as quais constroem paulatinamente os alicerces de uma sociedade coesiva e inclusiva” (Moreno,2003, p.34).

Este posicionamento é, de resto, a grande justificação da inovação social que esta rede visa dinamizar na medida em que só a participação abrangente de todas as esferas geosociais garante o desenvolvimento participado e em rede que tem alicerces locais, mas funciona em sistema ascendente. Da mesma forma, e na mesma perspetiva, o desenvolvimento local contribui para o melhor ordenamento do território, fazendo-o através do exercício da cidadania ativa e dotando os indivíduos (singulares ou coletivos) de poder e responsabilidade sobre o seu “espaço vivido” (Moreno,2003, p.37).

As entidades de Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento, no sentido de integrar as comunidades através de estratégias constituídas em parcerias de animação territorial em rede. Estas organizações são, por excelência, agentes de desenvolvimento que contribuem para dar resposta aos problemas e necessidades locais e alavancam oportunidades, podendo, deste modo, reduzir as dificuldades dos territórios. Por outro lado, as entidades de desenvolvimento local, conjuntamente com as restantes entidades da economia social, constituem um forte pilar de apoio e criação de emprego a nível local.

Esta representação do desenvolvimento local vai de encontro ao conceito de Organização de Desenvolvimento Local, proposto por Mendes e Pinto (2017) na

sequência da evolução conceitual aplicada às interpretações do conceito que Mendes (2011, 2015) havia feito anteriormente, e em que estas organizações passam a ser identificadas como organizações de economia social cuja missão passa pelo contributo para uma melhor coesão territorial dentro de um mesmo país, ou entre países. De acordo com estes autores, as organizações de desenvolvimento local, sem prejuízo doutras atividades que possam desenvolver, cumprem a missão atrás referida, através da produção de bens e serviços que, em grande parte, estão ligados a um território e a comunidades humanas que têm por suporte de vida esse território: Da mesma forma, e também sem prejuízo das suas atividades poderem ter uma incidência sectorial predominante, elas cumprem a sua missão procurando ter em atenção a natureza multidimensional que devem ter os processos de desenvolvimento.

No quadro de entendimento da Animar (S/R), o Desenvolvimento local é entendido como um processo que resulta da cidadania ativa e participativa de uma comunidade, na procura da resolução dos seus problemas ou para a alavancagem das suas oportunidades, que através de parcerias construídas em dinâmicas de rede de base horizontal, emancipatórias e promotoras da igualdade, contribuem para o desenvolvimento equitativo e integral das suas comunidades. As organizações do Desenvolvimento Local são as que mais inovam, as que mais lidam com a diversidade, e as que constroem as suas iniciativas através, com e para, as suas comunidades.

O desenvolvimento local representa a diversidade de organizações que partilham a defesa de um modelo de desenvolvimento, que reforça o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa, da igualdade de género e oportunidades de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória. Traduz-se assim, em lógicas de pensar, planear, atuar e avaliar a partir do local para o global, enquanto contributo fundamental para as organizações de desenvolvimento local para a coesão social e territorial.

4.1. Economia social e solidária e o movimento do desenvolvimento local

Uma boa parte das entidades de economia social, surgiram e surgem de dinâmicas de desenvolvimento local, do processo de cidadania participativa, da auto-organização comunitária, que as políticas publicas foram promovendo nos diferentes territórios, e que valorizavam os recursos locais, a identidade dos territórios e as suas comunidades.

Um estudo recente da Universidade Católica, lançado em 2017, (Mendes & Pinto, 2017, p. 15), tentou enquadrar as diferentes tipologias e naturezas das organizações da economia social, naquelas que poderiam assumir características que as identificassem enquanto entidades de desenvolvimento local. No estudo mencionado, as organizações de economia social são definidas como aquelas que satisfazem cumulativamente um conjunto de condições que a seguidamente se mencionam:

- têm personalidade jurídica, ou, sendo informais, dispõem de normas do conhecimento público que regulam a pertença à organização e o seu modo de governo;
- são privadas, no sentido de nascerem da iniciativa da sociedade civil e, por isso, não pertencerem nem à administração direta ou indireta do Estado, nem à Administração Pública autónoma, nem à categoria de sociedades de interesse coletivo;
- têm formas de autogoverno;
- são de adesão voluntária;
- estão abertas a contribuições voluntárias dos seus membros ou doutras entidades;
- incluem nas suas missões principais o incentivo à organização da ação coletiva para o desenvolvimento de relações mais solidárias dos seres humanos entre si e com o meio ambiente em que vivem;
- fazem isso através da produção de um conjunto de bens ou serviços;
- para produzirem esses bens e serviços, constituem um património gerido em regime de propriedade comum.

As condições elencadas por Mendes & Pinto estão em consonância com o artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social de 8 de maio de 2013, onde se plasmam os Princípios orientadores da Economia Social:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;

- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

Estando a intervenção da Animar associada às fragilidades de atuação do Estado e da identificação de novos problemas sociais, ambientais, económicos, e políticos, importa sublinhar que as referências desta Rede não se esgotam na economia social, e se encontram mais próximas de um outro conceito o de “economia social e solidária” ideia essa defendida afincadamente por um dos fundadores da Animar, o economista Rogério Roque Amaro.

A economia solidária está profundamente conexa à retoma de diálogo entre a economia nas suas diferentes expressões, das quais se concretizam em diferentes logicas, ora vocacionadas para o mercado, ora vocacionadas para o bem-estar e resposta às necessidades das pessoas, sendo esta última a destacada pelo contributo para a justiça e coesão social. Na economia social e solidária multiplicam-se ações coletivas de proximidade e solidariedade, de cooperação e de reciprocidade com fortes preocupações com o local, e associadas por vezes, à renovação da nova economia social, por esta gerar “diferenças e antagonismos entre o que alguns autores designam como a “nova” e a “velha” Economia Social, o que, de um modo geral, corresponderia a considerar as cooperativas, mutualidades, misericórdias e fundações como a “velha” Economia Social e como “nova” os diversos tipos de associações e de outras organizações também associadas à solidariedade e ao desenvolvimento local” (CASES, 2011; s/p).

A economia solidária, para Laville (2009), conjuga três tipos de recursos: os procedentes da reciprocidade entre os seus membros; os recursos públicos, assentes no princípio da redistribuição, que tem o Estado enquanto responsável e os recursos de mercado, obtidos nas relações de troca comerciais, posição reforçada pelo Comité Económico e Social Europeu (2006) O conceito de economia solidária tenta ligar estes três polos do sistema, resultando “formas híbridas, entre as economias de mercado, de não mercado e não monetárias, com recursos provenientes de várias origens: do mercado (comercialização de bens e serviços), do não mercado (subsídios governamentais e donativos) e do sistema não monetário (voluntariado) (p.14)”

Este pluralismo da economia social e solidária é também realçado por França (2003) na sua vertente ideológica situando-a “... como uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios económicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros” (p. 33).

No entanto e naturalmente, o conceito que mais se aproxima com as práticas da Animar e que resulta da visão de dois investigadores de referência e associados da Animar (Amaro & Madelino, 2004), destacam a dimensão “solidária”, no sentido holístico, interdependente, sistémico e integrador com as várias expressões de vida, pela qual esta se expressa, em sete dimensões (Amaro & Madelino, 2004, p.12-13):

- “A economia social e solidária é uma atividade económica, uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de rendimentos e de satisfação de necessidades;
- É promotora de coesão social, da integração social e do combate a qualquer tipo de desequilíbrios ou injustiças sociais, assumindo um papel fundamental na integração das pessoas em situação de desfavorecimento social, sendo um mecanismo de combate à pobreza e exclusão social;
- É respeitadora e valorizadora do meio ambiente, na preservação dos ecossistemas da biodiversidade e de todos os recursos locais;
- É respeitadora e valorizadora da diversidade cultural, como a preservação dos saberes das entidades e promotora do diálogo intercultural;
- Sustenta-se numa gestão eficiente e integrada, no sentido de serem geridas com boa governança, transparência e numa lógica integrada, de parceria e de avaliação permanente;
- Tende a ser territorialidade e promotora de desenvolvimento local, de mecanismos que valorizem as capacidades das comunidades locais e que, assim, satisfaçam as suas próprias necessidades.”

No quadro destas dimensões, Amaro (2007) realça a intervenção da Animar e a sua proximidade com as lógicas de investigação-ação, que lhe permitem uma resiliência e

criatividade, que cria condições para adaptação a novos desafios, e um conjunto de benefícios sociais, nomeadamente:

- A valorização na participação das populações, no que concerne ao envolvimento e procura de soluções para a própria comunidade;
- Uma maior proximidade e identificação das necessidades das comunidades bem como das capacidades e potencialidades locais;
- O favorecimento das zonas mais excluídas e marginalizadas das sociedades atuais tendo em conta o seu território;
- O reforço do trabalho em parcerias e da cooperação interinstitucional preconizando alternativas concretas à dicotomia tradicional Estado-mercado;
- A adoção de novos mecanismos de regulação nos conflitos e nas contradições locais, mais descentralizados;
- A leitura territorializada, permitindo a resposta a situações de marginalização e a crises locais, com favorecimento de dinâmicas mais participativas.

A estas claras vantagens opõem-se no entanto limitações que afetam o desempenho destas iniciativas, e que Henriques (1991) e Amaro (1997) identificaram como sendo a dificuldade em desenvolver processos participados e abranger as comunidades nas diferentes iniciativas, a ausência de um sentimento de pertença, a interiorização do localismo em contraponto com a visão mais global, a necessidade de financiamento e competências para a ação e gestão e entrada no mercado de produtos e serviços.

Esta visão alternativa à economia social procura a valorização dos territórios, na medida em que favorecem o desenvolvimento dos locais, independentemente das suas geometrias ou fronteiras, e implica a participação organizada da sociedade civil (central e local) na persecução de uma cada vez maior qualidade de vida e diversidade dos foros ambiental, cultural e económico, considerando-se, assim, que o Desenvolvimento local concorre enquanto estruturante para a sustentabilidade das comunidades.

Ao afirmar-se como “desenvolvimento alternativo”, ainda que de alternativa inclusiva, o desenvolvimento local, “é político até à medula” (Friedmann, 1992 citado por Moreno, 2003), pois implica o envolvimento de toda a sociedade que, em situação de desvantagem social e/ou territorial, tem de levar a cabo uma dinâmica continuada de ganho e retenção de poderes e responsabilidade, designada de empoderamento. Neste âmbito e na atual situação, este processo de empoderamento não pode ser encarado

sob a perspectiva de reação, que foi, de resto, a perspectiva que deu azo ao aparecimento das associações e do movimento cooperativo, “mas sim de modo pré-ativo e à luz do direito, o que coloca o movimento associativo como último parceiro “natural” dos sistemas público e de mercado, no contexto do Terceiro Sistema, um recurso indispensável para uma regulação (em sentido lato) participada, logo negociada e controlada” (Moreno, 2003, p. 28).

PARTE II - Elaboração da Matriz Experimental de Indicadores de Desenvolvimento Local

5. Identificação e análise de modelos de avaliação

5.1. Propriedades desejáveis de um instrumento de medida ou avaliação do desenvolvimento local

Enquanto subdisciplina da avaliação, a avaliação do desenvolvimento emergiu no pós-2ª Guerra Mundial, associada aos esforços de reconstrução e desenvolvimento, tendo adquirido uma maior consistência a partir dos anos 70 do século passado. Para a sua consolidação, concorreu substantivamente o surgimento de organizações internacionais de renome, como o Banco Mundial (1944), o BERD - Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (1994) ou a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1961), em cuja missão está inscrita especificamente uma orientação para o acompanhamento, suporte e avaliação do desenvolvimento à escala internacional.

Tal como a noção de desenvolvimento tem vindo a evoluir e a alterar-se durante as últimas décadas, também a conceção sobre o modo de observar, medir e avaliar o desenvolvimento tem vindo a sofrer mutações. Disso é bom exemplo o modo como o Banco Mundial foi transformando o seu foco e modo de atuação no que concerne a esta problemática (ver Quadro 1)

Quadro 1 - A mudança na abordagem do Banco Mundial ao Desenvolvimento, 1950-2000

<i>Década</i>	<i>Foco</i>	<i>Abordagem</i>	<i>Disciplina</i>
1950	Reconstrução, assistência técnica, e engenharia	Assistência técnica	Engenharia
1960	Crescimento económico, financiamento e criação de projetos, na esperança de que um mais forte crescimento económico tiraria mais pessoas da pobreza	Projetos	Finanças
1970	Sectores sociais ou necessidades básicas (educação, saúde e bem-	Investimento Setorial	Planeamento

	estar social); planeamento a longo prazo e investimentos no setor social		
1980	Políticas de ajustamento estrutural e empréstimos; financiamento do ajustamento ligado a certas condicionalidades, usadas para apoiar as grandes reformas políticas e para apoiar os países na ultrapassagem de crises financeiras e da dívida	Financiamento do ajustamento	Economia neoclássica
1990	Abordagem mais baseada no país, por oposição a projetos individuais; maior ênfase dada à capacidade de construção e às instituições nos países em desenvolvimento	Assistência aos países	Multidisciplinar
2000	Redução da pobreza, parcerias, participação, abordagens sectoriais, e uma orientação para os resultados	Parcerias	Gestão baseada nos resultados

Fonte: Imas & Rist, 2009: 27

Percebe-se, a partir deste exercício comparativo, que a lógica de compreensão do desenvolvimento tem-se progressivamente alargado para além da estrita análise das dimensões infraestruturais e económicas, para incorporar outras componentes como o bem-estar e a qualidade de vida das populações, uma atenção às especificidades de cada país, a valorização das parcerias e da participação, uma gestão baseada nos resultados, assim como a aposta na sustentabilidade.

No que especificamente concerne à mensuração dos graus de desenvolvimento, bem como à avaliação dos impactos das políticas e medidas na sua promoção, a bibliografia consultada reflete a percepção de que, no essencial, a avaliação do desenvolvimento não se distingue de outros exercícios de avaliação (Porta, s/d; Imas & Rist, 2009; Blanke & Walzer, 2013). À semelhança do que ocorre noutros domínios, os modelos avaliativos fundam-se num conjunto de escolhas técnicas que, no final, irão determinar a sua configuração. Entre elas, conta-se a opção por uma avaliação prospetiva, sumativa ou formativa, conforme o momento em que se desenrola e os objetivos prioritizados (Monteiro, 1996). No caso da avaliação prospetiva, ela ocorre imediatamente antes ou nos momentos iniciais de uma intervenção, projeto ou programa, visando estabilizar um diagnóstico (avaliação-diagnóstico) sobre os problemas, as necessidades e os recursos disponíveis para a sua solução. Examina se a lógica operacional a implementar oferece condições para a efetiva resolução dos problemas identificados que, no caso, se relacionam com a promoção e a orientação

do desenvolvimento. Já no caso da avaliação sumativa, o alvo prioritário são os impactos da intervenção e o modo como foram (ou não) atingidos os resultados desejáveis. A uma corrente tradicional, próxima das práticas de controlo, baseada em procedimentos experimentais, quasi-experimentais e análises de base estatística, tem-se vindo a substituir uma abordagem que integre igualmente a componente qualitativa. Que é representada, por exemplo, por uma maior aproximação entre avaliadores e avaliados, e pela valorização da análise subjetiva que estes produzem quanto à natureza e aos efeitos das dinâmicas de desenvolvimento em curso. Por fim, surge ainda como possível a preferência por uma avaliação associada a uma componente formativa, isto é, que ocorre a par da intervenção, interessando-se não só pela eficiência e eficácia das iniciativas empreendidas, mas igualmente pela metodologia desenvolvida. A componente de formação de competências assume um papel relevante, procurando-se que os resultados e aprendizagens obtidos sejam integrados na ação e que contribuam para a melhoria das competências dos agentes envolvidos.

Igualmente relevante para o processo e o desfecho final, é a escolha por uma prática de avaliação ou, em alternativa, de monitorização. Entendendo-se esta última como o exercício de “... uma função contínua que utiliza a recolha sistemática de dados sobre indicadores específicos para fornecer à gestão e aos principais interessados de uma intervenção de desenvolvimento em curso, indicações sobre a extensão do progresso e a realização dos objetivos, e os progressos na utilização dos fundos atribuídos.” (OECD, 2002: 27-28).

Todavia, também é detetável que as particularidades da avaliação do desenvolvimento se refletem em algumas escolhas específicas e lhe conferem uma especial relevância. Disso é exemplo a atenção às dimensões de avaliação interna, ainda que muito provavelmente articulada com uma igual avaliação externa. Desde a valorização da dimensão endógena, até à importância que adquire a participação direta das populações e comunidades nas ações que lhes concernem, a lógica do desenvolvimento local impele a que os impactos dos processos sejam criticamente analisados e avaliados por quem os vivencia diariamente. E não somente por quem os observa à distância. Do mesmo modo que a prática avaliativa é desejavelmente integrável em dinâmicas mais amplas de investigação-ação, através das quais as populações afetadas passam da condição de recetoras passivas para um protagonismo na concretização do seu próprio desenvolvimento. E beneficiam do processo de conhecimento para enriquecerem e qualificarem a sua participação na dinâmica transformadora.

Por outro lado, e enquanto os sistemas tradicionais de monitorização e avaliação se centram sobre a medição dos *inputs*, atividades e *outputs*, a monitorização e avaliação do desenvolvimento local estarão mais alinhadas com uma prática de avaliação baseada em resultados (a *results-based approach*), por sua vez suportada por uma teoria da mudança. Quer isto dizer que o exercício avaliativo contempla a medição dos resultados face aos objetivos inicialmente estipulados, contemplando igualmente a apreciação dos processos e da gestão dos recursos disponíveis. Mas, ao mesmo tempo que determina a relevância, eficiência e efetividade da ação empreendida, contempla igualmente a aferição do seu impacto e sustentabilidade. O que só se torna possível se forem previamente determinadas metas e usados indicadores que providenciem informação credível e útil sobre resultados a curto, médio e longo prazo. Igualmente decisiva é a consideração de uma teoria da mudança como referente orientador tanto da intervenção como da avaliação (Dugand e Brandão, 2017). De forma simples, a teoria da mudança contempla uma visão partilhada da mudança a implementar e do *roadmap* que possibilita atingi-la. Evitando assim que os agentes envolvidos em iniciativas complexas percam a clareza sobre as metas e a forma como a mudança deve ocorrer. E, do lado da avaliação, funciona como ferramenta analítica para identificar os sucessos e as falhas das iniciativas concretas e das políticas que as enquadram, suportando eventuais sugestões de correção e de alinhamento. No caso particular do desenvolvimento local, a adoção de uma teoria da mudança deverá implicar a construção de uma visão coletiva e participada do modelo de desenvolvimento ambicionado, concomitante da conceção sobre o que deve ser o “desenvolvimento local”, seguida da eleição das estratégias e ferramentas que possibilitam atingi-lo.

Na sequência da opção anterior, a avaliação do desenvolvimento rege-se por um corpo próprio de critérios (Imas & Rist, 2009: 29-30):

- Relevância: a medida em que os objetivos de uma intervenção para o desenvolvimento são coerentes com as exigências dos beneficiários, as necessidades dos países / comunidades, as prioridades globais e as políticas das entidades parceiras e das agências de desenvolvimento;
- Eficácia: a medida da extensão atingida por uma atividade na concretização dos objetivos para os quais foi desenhada;
- Eficiência: a medida dos resultados - qualitativa e quantitativa - em relação aos investimentos (este termo económico significa que a intervenção utiliza os recursos menos dispendiosos possíveis para alcançar os resultados desejados. Medir a eficiência

geralmente requer a comparação de abordagens alternativas para alcançar os mesmos resultados, ajudando a determinar se o processo mais eficiente foi adotado).

- Impacto: as mudanças positivas e negativas produzidas por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, de forma intencional ou não intencional.

- Sustentabilidade: a resiliência ao risco e ao tempo dos benefícios conquistados (A noção de sustentabilidade é particularmente relevante para avaliar [não medir] se os benefícios de uma atividade ou programa são suscetíveis de continuar após o termo do seu financiamento, suportados por *stakeholders* que deem continuidade à atividade transformadora).

Índices e Indicadores

No quadro da avaliação do desenvolvimento, e também no que concerne ao desenvolvimento local e comunitário, uma prática relativamente comum nos últimos anos tem sido a de construir índices sociais sintéticos, elaborados a partir da combinação de distintas dimensões e indicadores. Um dos exemplos mais citados é o do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), usado nomeadamente pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para medir e comparar os países no que respeita ao seu grau de desenvolvimento. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, Prémio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: rendimento (PIB per capita), saúde (esperança média de vida) e educação (escolaridade média). Apesar de ampliar a perspetiva sobre o desenvolvimento humano, outros aspetos como a democracia, participação ou equidade não são contemplados por este índice.

Numa perspetiva mais meso ou micro, outros índices têm vindo a ser elaborados e testados, como sejam o Índice de Desenvolvimento Local Sustentável (IDLS) (Silva, Cândido e Martins, 2009) o Índice de Sustentabilidade Municipal (Abreu, Cerol & Fidalgo, 2018) ou o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2018).

A construção destes índices tem sido justificada pela suposta simplicidade e capacidade de síntese que os mesmos aportam. Sendo a problemática do desenvolvimento muito complexa e multifacetada, tais índices permitem reunir numa só unidade de medição dimensões tão distintas como a saúde, a educação, a riqueza, a mobilidade, a habitação ou outras quaisquer. Para além de que, argumenta-se

igualmente, possibilita uma mais rápida comparação entre diferentes contextos, e até a sua hierarquização.

No oposto, é forçoso reconhecer que esta sintetização e simplificação também podem gerar um afastamento em relação aos matizes que caracterizam cada realidade. No exercício de agregar dimensões, o índice perde sensibilidade no que concerne à apreciação de cada uma das dimensões de forma autónoma. Refletindo na medida apenas uma parte do complexo conceito que lhe dá origem. Para além desta primeira limitação, outras têm sido apontadas à construção destes índices (Jannuzzi, 2002): por exemplo, o facto de a operação de sintetização de indicadores sociais num único índice ser raramente apoiada em alguma teoria ou quadro metodológico consistente; ainda, que as transformações matemáticas a que se submetem os indicadores sociais para os tornar algebricamente manipuláveis - possibilitando a construção do índice - lhe retiram uma das suas mais importantes características, que é a da comensurabilidade das suas variações; igualmente, as dificuldades colocadas à aplicação de um sistema de ponderação (que indicador social deve “pesar” mais na construção de um determinado índice?), quando se combinam vários indicadores num só índice.

Em suma, na opção por índices sociais sintéticos ou pela manutenção de modelos avaliativos baseados em diferentes sistemas de indicadores sociais, torna-se pertinente analisar devidamente o modo como cada uma das possibilidades aporta vantagens mas também se traduz em limitações. E ponderá-las devidamente, aquando da escolha por uma ou outra das vias.

Propriedades dos indicadores

Independentemente da opção feita, um dos critérios fundamentais para a elaboração de instrumentos eficazes de aferição ou avaliação do desenvolvimento local passa pela seleção de “bons” indicadores. O que significa tal?

Citando novamente Jannuzzi, “Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa académica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma.” (2002: 55). Ou seja, sem se substituir ao conceito teórico que lhe dá origem, e ao qual vai buscar a sua pertinência, o indicador social é um elemento operacional de monitorização e aferição concreta da realidade social. Na presente circunstância, falamos de

indicadores que operacionalizam e tornam mensurável o conceito de “desenvolvimento local”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, um indicador social deve gozar de uma série de propriedades. Além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve:

- ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;
- ser sensível a políticas públicas implementadas;
- ser específico a efeitos de programas setoriais;
- ser inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas;
- ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis;
- ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos;
- gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Outras abordagens referem que, para serem rigoroso e eficaz, um indicador deve ser SMART. Isto é (Porta, s/d):

- *S - specific* (específico). Deve ser claro e não permitir qualquer tipo de interpretação dúbia ou controversa.
- *M - measurable* (mensurável). Deve ser mensurável (quantitativa ou qualitativamente; o que não pode ser medido, não pode ser avaliado).
- *A - attainable* (atingível). Dever ser atingível, realizável. As metas atribuídas aos indicadores devem ser razoáveis, tendo em conta os recursos disponíveis.
- *A - relevant* (relevante). Deve estar em linha com os resultados esperados da implementação de uma qualquer estratégia.
- *T - time-bound* (limite no tempo). Devem ter associado um prazo para a sua realização.

Dada a sua centralidade, a busca dos melhores indicadores sociais e a garantia de que os mesmos satisfaçam as propriedades que lhes podem conferir rigor e eficácia na medição do que é suposto medirem, transforma-se numa das tarefas mais exigentes no quadro de uma avaliação de impacto.

5.2. (Exemplos de) índices e indicadores de desenvolvimento

Índices e indicadores de desenvolvimento têm assumido uma maior relevância nacional e internacional, enquanto mecanismo de informação e de análise factual, permitindo uma comunicação sistematizada junto da sociedade civil de acordo com objetivos previamente delineados.

São vários os exemplos e propostas metodológicas que têm sido apresentados desde 1972. Recorrendo a Domingues (2019), onde o autor realiza um levantamento de índices, sinaliza um primeiro, o MEW (*Measure of Economic Welfare*) de Northaus e Toblin em 1972, onde se propôs a avaliação do desenvolvimento baseado no consumo e em outros indicadores, tais como, o custo de habitação e o tempo dedicado ao lazer. Mais tarde em 1989, Daly e Cobb, propõem o ISEW (*Index of Sustainable Economic Welfare*), resultante da revisão do MEW, onde acrescentam o impacto ambiental enquanto custo associado aos danos naturais. Em 1995, Row, Cobb e Halstead, lançam um processo mais genuíno e curioso de avaliação do desenvolvimento, designado de GPI (*Genuine Process Indicator*), distinguindo o crescimento com impacto positivo e negativo, avaliando os custos financeiros despendidos na produção e a sua consequência direta na criminalidade e na poluição. No final do século passado, destacam-se os modelos do economista Mahbub ul Haq com o nobel da economia Amartya Se, que apresentam o HDI (*Human Development Index*), contemplando o PIB - Produto Interno Bruto, a Esperança de Vida e o Nível de Conhecimento e Educação da População, como indicadores para a avaliação do desenvolvimento dos países. Este índice, desenvolvido em 1990, tem sido usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual, e é complementado por outros indicadores sobre liberdade, igualdade de género, pobreza e exclusão social (entre outras dimensões), que valorizam várias vertentes do desenvolvimento. O ESI (*Environmental Sustainability Index*), Índice de Sustentabilidade Ambiental é outro dos modelos que marcaram o final do milénio, onde se apresentavam um conjunto de indicadores de desenvolvimento, contemplado em 5 componentes, 21 indicadores e 76 variáveis, maioritariamente relacionados com o ambiente. Outros modelos de indicadores de desenvolvimento foram propostos para além das dimensões económicas e ambientais, um dos quais sugerindo a medição da satisfação de vida (o *Happiness Index*), Índice da Felicidade ou da Satisfação, desenvolvido por John Helliwell, Richard Layard and Jeffrey Sachs, que resultou desde 2012 no Índice Mundial de Felicidade.

São vários as propostas que têm surgido respondendo às novas tendências políticas, preocupação e agendas. Elas traduzem por norma uma missão num conjunto de

indicadores de base quantitativos ou qualitativos, que permitem informar e orientar escolhas e influenciar a opinião pública. O interesse político nestes mecanismos de análise tem crescido, apoiando decisores, sejam governos, gestores empresariais ou as agendas de organizações da sociedade civil.

É tendo em consideração a importância dos índices que se procedeu ao levantamento das práticas e propostas com maior proximidade ao objeto de estudo, que se sistematizam nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Índice de Sustentabilidade Municipal

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL Versão de 2018	
Autor/Tutela	Abreu, J., António, J.H.C., Cerol, J., & Fidalgo J. (2018). Índice de Sustentabilidade Municipal 2018. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
Indicadores	É um documento de trabalho, resultado da investigação desenvolvida pela equipa CESOP Local e da colaboração que os municípios parceiros quiseram dar em fóruns criados para o efeito. É um índice que permite a cada município obter o diagnóstico do seu território concretizado em cada um dos 17 ODS e cada uma das metas e indicadores analisados.
Metodologia	Índice foi estabelecido a partir de dados disponíveis em sites de várias instituições. A maior parte dos dados foi recolhida no site do INE, mas também no da PORDATA, e em sites oficiais de diferentes Direção-Gerais.

Quadro 3 - Índice de Transparência Municipal

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL (Novembro de 2017)	
Autor/Tutela	ITM Transparência e Integridade Transparency International Informações disponíveis em https://transparencia.pt/itm/
Indicadores	Define critérios universais de aferição dos níveis de transparência nos municípios, através da análise de informação sobre a governação local disponibilizada nos seus websites. O ITM é composto por 76 indicadores agrupados em sete dimensões: A) Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município B) Planos e Relatórios C) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos

	D) Relação com a Sociedade E) Contratação Pública F) Transparência Económico-Financeira G) Transparência na área do Urbanismo
Metodologia	O ITM tem uma metodologia sólida, validada pela academia, através da publicação em revistas científicas conceituadas a nível internacional e pela intensa produção académica a que deu origem nos últimos cinco anos. Cumpridos cinco anos de produção do ITM (2013-2017), encontra-se a implementar melhorias que reflitam inclusivamente o processo de descentralização de competências para as autarquias.

Quadro 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	
Autor/Tutela	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Indicadores	Esperança de vida à nascença, (anos) Anos previstos de escolaridade, S (anos) Média de anos de escolaridade, M (anos) 0 PIB per capita, G, US\$2011 (PPP)
Metodologia	O IDH atribui atualmente igual ponderação aos seus índices tridimensionais (transformações escalonadas da esperança de vida à nascença, PIB per capita e um índice combinado de educação). As ponderações são importantes porque implicam compensações (colocando um preço na esperança de vida, por exemplo) e devem ser derivadas racionalmente de considerações sobre o bem comum.

Quadro 5 - Medidas de Avaliação do Desenvolvimento Comunitário: indicadores de sucesso

MEDIDAS DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: indicadores de sucesso	
Autor/Tutela	Simon Harger-Forde Commissioned by Community Waitakere August 2012 (https://ccednet-rcdec.ca/sites/ccednet-rcdec.ca/files/com_dev_evaluation_research_-_indicators_of_success_2_final.pdf)
Indicadores	Os indicadores foram selecionados com base na capacidade de capturar fatores importantes em saúde e bem-estar da comunidade. Indicators of community and social well-being

	<p>Indicadores de bem-estar comunitário e social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho relacionado a questões políticas ou de advocacy - Investimento comunitário - Saúde - Capacidade do setor - Capacidade da comunidade (incluindo emprego, educação e remuneração) - Capacidade organizacional - Segurança - Inclusão e Sentido de Comunidade - Apoio social e conectividade.
Metodologia	Os indicadores devem ser desenvolvidos juntamente com resultados de programas e não em isolamento para um maior alinhamento de atividades de projeto e programas com as metas estratégicas organizacionais.

Quadro 6 - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (sids) - Portugal

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (sids) - Portugal	
Autor/Tutela	Agência Portuguesa do Ambiente https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDS_Portugal_Dez2007.pdf
Indicadores	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - engloba 132 indicadores, dos quais 72 ambientais, 29 económicos, 22 sociais e 9 institucionais, e quatro categorias: indicadores ambientais; indicadores económicos; indicadores sociais; indicadores institucionais
Metodologia	<p>A seleção da amostra de SIDS a analisar teve por base os seguintes critérios:</p> <p>(i) incluir apenas sistemas que consideram as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (e.g. sistemas de indicadores exclusivamente ambientais ou económicos não foram considerados);</p> <p>(ii) incluir apenas sistemas de indicadores designados, e formalmente assumidos, como indicadores de desenvolvimento sustentável pelas instituições que os desenvolvem (e.g. listagens isoladas de indicadores, sem fundamentação metodológica, não foram consideradas).</p> <p>Assim, foram sistematizados 50 SIDS produzidos por instituições nacionais e por organizações multinacionais com trabalho de referência neste domínio.</p>

Quadro 7 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Agenda 2030.	
Autor/Tutela	A análise é centrada em 46 indicadores que visam cobrir as diversas áreas desta Agenda multidisciplinar e transformativa. ONU - Organização das Nações Unidas
Indicadores	A seleção destes indicadores teve por base os seguintes critérios: pertinência do indicador face à meta ou ODS; relevância no contexto nacional; atualidade da informação; relevância analítica; preferência por novos indicadores e com informação nova face à publicação anterior; e número equilibrado de indicadores para os 17 objetivos (e suas metas). Os indicadores constantes da publicação e respetivo anexo decorrem do quadro global adotado pelas Nações Unidas para acompanhar os progressos alcançados no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Metodologia	Os indicadores apresentados são maioritariamente produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, ainda que complementados por dados devidamente validados, provenientes de fontes externas. O conjunto de informação disponibilizada permite uma leitura estatística do desempenho nacional em relação aos ODS, desde 2010 até ao ano mais recente disponível.

6. A Matriz Experimental

6.1. Opção metodológica

A metodologia de trabalho nesta fase centrou-se na recolha de dados com base na realização de uma entrevista enquanto estudo preliminar, junto de uma amostra de conveniência, com o intuito de identificar perceções através do ponto de vista de informadores privilegiados. Na construção da entrevista, optou-se por se apresentar cinco questões semi-diretivas, e orientadas na sua sequência e na procura de conteúdo, permitindo ao informador responder de com base nos “seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, entre outros” (Pocinho, 2012, p.98).

As entrevistas foram realizadas através do envio do guião de entrevista a cada um dos respondentes, sendo-lhes solicitadas as respostas entre os meses de fevereiro e março de 2020, via email em suporte *word* ou *pdf editável*. As entrevistas foram dirigidas a 30 informadores, com base em 5 perfis definidos, procurando-se o equilíbrio de resposta pelo género do informador. A abordagem juntos dos informadores foi

devidamente fundamentada, através de contactos prévios, tentando-se aumentar a “boa vontade” do entrevistado, e portanto, criar uma atitude mais cooperante salientando a importância da sua *expertise* para a investigação (Hill & Hill, 2002).

Num universo de 30 informadores a quem se solicitou colaboração, conforme se pode verificar no Quadro 8, obteve-se uma amostra de 20 respostas, o que representa um percentual de 66,6% sobre o total de envios, e idêntico número de respostas de acordo com o género, tal como se havia inicialmente estipulado.

Quadro 8 - Informadores privilegiados por género e resposta

	Informantes desafiados		Respostas obtidas	
	H	M	H	M
Dirigente Animar	2	4	2	2
Dirigentes rede Animar	2	4	2	3
Autarca / responsabilidade política	4	1	2	1
Técnico/a Animar	1	4	1	4
Académico / associados individuais	7	1	3	0
Total por género	16	14	10	10
TOTAL	30		20	

O tipo de amostragem definido optou-se por ser de conveniência, identificando-se por informador privilegiado de acordo com cinco perfis definidos, através dos quais se buscam obter leituras diferenciadas, de base estratégica (dirigentes), política (autarcas e ex-autarcas), técnica (equipa técnica da Animar) e académica.

Quadro 9 - Perfil dos informadores privilegiados

<i>Perfil do Informador</i>	<i>Características</i>
DIRIGENTE ANIMAR	Dirigentes da atual direção da Animar à data da entrevista
DIRIGENTES REDE ANIMAR	Dirigentes de entidades associadas da Animar
AUTARCA	Política - Dirigentes da Rede Animar que tenham experiência atual ou passada em cargos eleitos

	executivos (presidentes ou vereadores de município) ou deputados à assembleia da república
TÉCNICO ANIMAR	Técnicos da Animar com experiência reconhecida e significativa (superior a 5 anos) em projetos de desenvolvimento local
ACADÉMICO	Associados individuais da Animar com trabalhos enquanto investigadores e com ligação profissional ao ensino superior.

6.2. Entrevistas a informadores privilegiados

Sobre o instrumento de recolha de informação, destinado a aferir perceções sobre o que é o desenvolvimento local, como se processa e como pode ser medido, que fundamentassem a elaboração da Matriz, importa mencionar que o guião da entrevista ficou composto por três secções (A,B,C), num total de cinco grandes questões. As questões componentes da entrevista, de natureza semi-aberta, encontraram-se agrupadas em temas identificados como centrais com vista à futura interpretação dos resultados.

Por sua vez, e no que concerne ao tratamento dos dados obtidos, os mesmos foram trabalhados a partir de tabelas sinóticas, para onde foram transpostos os conteúdos textuais das entrevistas, se procedeu ao seu recorte e agrupamento por unidades de registo ou texto, posteriormente triadas com base em categorias, subcategorias principais e indicadores, para todas as questões.

Nos Quadros seguintes apresentam-se as categorias, subcategorias e indicadores usados para a análise do *corpus* de respostas a cada questão.

A secção A comportou duas questões. A primeira (1.1) sugeria um conceito de desenvolvimento local, procurando explorar “o entendimento do conceito face ao desenvolvimento local”, através da sua auscultação e recolha de opinião junto dos agentes da Animar (informadores privilegiados).

Quadro 10 - Grelha de análise temática - conceito de desenvolvimento local

<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Indicador</i>
Conceito de desenvolvimento local	Processo de construção	Tipo de processo (concordância/Discordância)

<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Indicador</i>
	A partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	Comunidade Recursos Movimento associativo
	Na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades	Promotores da igualdade Dinâmicas de base horizontal Emancipatórias Contributo para o desenvolvimento integral

A segunda questão (1.2) tentou perceber as “influências face ao desenvolvimento local”, se seriam impulsionadas através das dinâmicas subjetivas associadas aos movimentos de cidadania ou promovidos pelas condições estruturais, explorando-se também, enquanto terceira opção, olhar para ambos os fatores enquanto relevantes. A resposta a esta questão tinha como objetivo a procura de um entendimento mais amplo da perspectiva dos informadores face ao desenvolvimento local.

Quadro 11 - Grelha de análise temática - Influências na promoção do desenvolvimento local

<i>Categoria</i>	Fatores de Influência do Desenvolvimento Local
<i>Subcategoria</i>	Fatores
<i>Indicadores</i>	Estruturais Dinâmicas subjetivas (Participação /Cidadania/Movimento associativo)

A secção B repartiu-se por duas questões, a primeira (2.1) com o intuito de recolha de “opinião face às dimensões e indicadores de avaliação do desenvolvimento local”. Para o efeito, foi submetida à apreciação dos informantes uma versão provisória da futura Matriz, elaborada com base em contributos da literatura, inspirada por outras matrizes já elaboradas, e também decorrente da nossa experiência de envolvimento em dinâmicas de desenvolvimento local, procurando junto dos mesmos o seu apoio, sugestões e eventuais propostas de renovação ou reorganização da Matriz de avaliação.

A referida versão comportava a proposta de 6 dimensões e 20 componentes, com os respetivos indicadores (vide Quadro 12).

Quadro 12 - Grelha de análise temática: dimensões, componentes e indicadores de avaliação

<i>Dimensão</i>	<i>Componente</i>	<i>Indicador</i>
Governança e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Participação - Transparência - Democracia participativa - Tomada de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Componentes em avaliação face à relação com o poder local - Oportunidades de participação dos cidadãos e cidadãs - Oportunidades de participação na tomada de decisão dos cidadãos e cidadãs
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Identidade - Património - Diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Pertença à comunidade - Valorização do património
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão - Justiça - Igualdade 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de justiça - Sentimento de igualdade - Oportunidade de inclusão dos públicos fragilizados
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade - Alterações climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da natureza e espécies autóctones - Medidas de combate às alterações climáticas
Económica	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Mérito - Social e solidária 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego - Criação de Empresas - Relevância das organizações de economia social e solidária para o território
Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Coerência - Alternativa - Glocal 	<ul style="list-style-type: none"> - Coerência entre o sistema educativo e as necessidades - Opções de modelos educativos no território - Educação com base na valorização do local para o global

Na segunda questão (2.2) da secção B, pretendeu-se a “opinião face à matriz de avaliação do desenvolvimento local”, procurando-se recomendações, questionamentos, reflexões e preocupações que contribuíssem para a definição da proposta final de Matriz de avaliação do desenvolvimento local, e respetivo questionário de testagem.

Quadro 13 - Grelha de análise temática - Opinião face à Matriz de avaliação do desenvolvimento local

<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores</i>
Avaliar o Desenvolvimento Local	Opinião	Recomendações Questionamentos Reflexões Preocupações

A entrevista terminava com uma última questão (3), inserida na secção C, procurando a “definição do território de avaliação” através de uma proposta com base na divisão administrativa do território. A resposta a esta questão afigurava-se como essencial para definição e validação do território de avaliação, a partir da qual se poderia igualmente definir o território a servir de amostra para validação da Matriz final.

Quadro 14 - Grelha de análise temática - Território de referência

<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores</i>
Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	Divisão administrativa (Decreto-Lei nº 46 139/64, de 31 de dezembro) que define os concelhos	Concordância Sem concordância Sem conhecimento
	Outra proposta	Outras propostas

Da composição inicial do guião da entrevista constava ainda um texto explicativo e enquadramento da mesma, bem como a nota de consentimento informado garantindo o anonimato de todos os informadores privilegiados.

6.3. A Matriz construída

A análise às entrevistas permitiu aferir conclusões e orientações consideradas fundamentais para a reformulação da Matriz de avaliação inicialmente proposta. Partindo da simplificação do conceito proposto, resultado da análise das entrevistas às duas primeiras perguntas, entende-se o desenvolvimento local “como um processo de construção a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade e dos seus recursos, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades, contribuindo para mudanças que favoreçam um maior desenvolvimento integral das suas comunidades, construído a partir da influência de fatores estruturais e de dinâmicas subjetivas associadas aos movimentos de cidadania e participação das comunidades, interdependes entre si.

Na análise à Matriz de avaliação proposta resultou, essencialmente, na recolha de um conjunto de indicadores e de reflexões que permitiram a revisão da proposta inicial, nas suas dimensões e indicadores permitindo a apresentação da proposta final da Matriz de avaliação.

Quadro 15 - Novas Dimensões e Indicadores da Matriz de Avaliação do Desenvolvimento Local

<i>Dimensão</i>	<i>Indicadores</i>
1. Ambiental	1.1. Qualidade Ambiental 1.2. Biodiversidade 1.3. Alterações Climáticas 1.4. Sustentabilidade Ambiental
2. Cultural	2.1. Identidade 2.2. Património material 2.3. Património imaterial 2.4. Diversidade cultural 2.5. Produção artística
3. Governança e Cidadania	3.1. Democracia Representativa 3.2. Democracia Participativa 3.3. Tomada de Decisões 3.4. Prestação de Contas 3.5. Participação dos cidadãos/ãs 3.6. Colaboração e Trabalho em Rede

<i>Dimensão</i>	<i>Indicadores</i>
	3.7. Estratégia de Desenvolvimento
4. Económica	4.1. Oportunidades de emprego 4.2. Oportunidades de criação de novas empresas 4.3. Empreendedorismo 4.4. Condições e remuneração do trabalho 4.5. Poder de compra
5. Social	5.1. Bem-estar 5.2. Coesão Social 5.3. Igualdade e Equidade 5.4. Igualdade de género 5.5. Justiça Social 5.6. Economia Social
6. Territorial	6.1. Localização 6.2. Acesso a Serviços 6.3. Mobilidade 6.4. Comunicações 6.5. Fixação e atração de Pessoas
7. Transformadora	7.1. Participação das crianças e jovens na escola 7.2. Participação das famílias na escola 7.3. Participação das crianças e jovens na comunidade 7.4. Inovação social e empresarial 7.5. Abertura à diferença e mudança

PARTE III - Validação da Matriz Experimental

7. Caracterização dos Territórios-Piloto

Para efeitos de validação da Matriz elaborada, selecionou-se uma amostra de três municípios dispersos pelo continente, sendo objetivo o de inquirir as entidades da economia social aí localizadas.

Os municípios escolhidos - município de Montalegre (norte, sub-região do Alto Tâmega), Castelo Branco (centro, sub-região da Beira Baixa) e Odemira (sul, sub-região do Alentejo Litoral) - têm características próximas entre si, podendo ser caracterizados como territórios de baixa densidade populacional, nomeadamente com perda de população residente de 2010 para 2018, pelo aumento de idosos por 100 habitantes, e com uma percentagem crescente de população estrangeira residente, sendo esta última característica muito expressiva no município de Odemira.

Quadro 16 - Município de Castelo Branco

Castelo Branco	2010	2019
População	56.221	52.090
Idosos por cada 100 jovens	177	214
População estrangeira (%)	2,2	3,1

Fonte: Pordata

Quadro 17 - Município de Montalegre

Montalegre	2010	2019
População	10.705	9.044
Idosos por cada 100 jovens	319	471
População estrangeira (%)	0,8	1,1

Fonte: Pordata

Quadro 18 - Município Odemira

Odemira	2010	2019
População	26.138	24.669
Idosos por cada 100 jovens	221	236
População estrangeira (%)	10,8	33,1

Fonte: Pordata

Município de Castelo Branco

O Município de Castelo Branco, de acordo com a consulta ao *website* www.cm-castelobranco.pt, localiza-se no interior de Portugal, Região Centro e sub-região da Beira Interior Sul, a 50 km de Espanha e integra a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. O concelho é composto por 19 freguesias, tem uma população residente de 52.448 habitantes (dados de 2018), e um índice de envelhecimento, em 2019, de 214 idosos por 100 jovens, segundo dados disponíveis na Pordata. Através da consulta ao Plano de Desenvolvimento Estratégico⁵, Castelo Branco é dos concelhos com maior extensão do país, com 1.440 km², assumindo-se como um polo administrativo e económico de atratividade devido à sua centralidade geográfica. Na consulta ao *website* no âmbito do desenvolvimento económico o município apresenta um conjunto de infraestruturas de relevo, tais como um Centro de Empresas Inovadoras, um Centro de Apoio Tecnológico e Agroalimentar e um Pólo Industrial, entre outras estruturas. São várias as infraestruturas criadas no âmbito do Desporto e Lazer e Educação. No domínio social, verifica-se o desenvolvimento de uma política social no âmbito do combate à pobreza e exclusão social e na procura da melhoria da sua qualidade de vida, apresentando-se iniciativas como as tarifas sociais, hortas sociais e habitação social. No âmbito do universo territorial do município de Castelo Branco foram identificadas 112 entidades de economia social, tendo respondido ao inquérito 21% das entidades, correspondente a 18 entidades.

Município de Montalegre

De acordo com o Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social, o concelho de Montalegre, pertence ao distrito de Vila Real e integra a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Situa-se numa zona de fronteira no extremo Norte de Portugal, com limites na raia sul da Galiza/Espanha, tendo uma área territorial de cerca de 802 Km²,

⁵ - https://www.cm-castelobranco.pt/media/1682/plano_desenvolvimento_estrategico.pdf

abrangendo um conjunto de 136 aldeias e 25 freguesias. Montalegre é o 4.º concelho menos populoso de Portugal com 9044 habitantes, e o 12.º concelho com maior índice de envelhecimento, em 2019, de 471 idosos por 100 jovens, segundo dados da Pordata.

Na consulta ao *website* do município em www.cm-montalegre.pt pode-se aferir que há um investimento do município no âmbito da economia associada ao empreendedorismo para a criação de autoemprego, onde se destacam o fomento à pecuária, designadamente a criação do gado Barrosão e também na exploração da batata de sementes. A educação é tida como prioritária pelo executivo no apoio a projetos e melhoria de instalações. No âmbito cultural, a agenda cultural, a biblioteca, festas e romarias, o pavilhão multiusos e os grupos de animação assumem destaque no *website* municipal. Na área social o atendimento ao público em áreas como a habitação, educação, saúde, infância e juventude, idosos, ação social escolar, emprego, imigração, voluntariado, associativismo e o estabelecimento e fomento de parcerias sociais assume destaque. No âmbito do universo territorial do município de Montalegre foram identificadas 19 entidades de economia social, tendo respondido ao questionário uma percentagem de 53%, correspondente a 8 entidades.

Município de Odemira

O concelho de Odemira pertence à região do Alentejo, sub-região do Alentejo Litoral, inserida na Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral com cerca de 24.669 habitantes em 2019, uma significativa percentagem de população estrangeira (33,1%), muito próximo de um terço da população, e um índice de envelhecimento, em 2019, de 236 idosos por 100 jovens, segundo dados da Pordata. O município é constituído por 13 freguesias num território de 1720,25 Km², sendo o maior concelho em área do país. Segundo consulta ao *website* www.cm-odemira.pt do município, o turismo, as pescas e a produção de bovinos assumem relevância no desenvolvimento económico. Destaca-se ainda no mesmo *website* o apelo à participação da população na vida ativa do município, num separador principal, sobressaindo entre outras a medida de orçamento participativo. No âmbito do universo territorial do município de Odemira foram identificadas 80 entidades de economia social, tendo respondido ao inquérito, 31% das entidades, correspondente a 13 entidades.

Quadro 19 - Municípios alvo de avaliação do desenvolvimento local (Montalegre, Castelo Branco e Odemira)



8. Validação da Matriz

A escolha das entidades da economia social como universo de referência para a experimentação quanto à validade da Matriz prende-se com o facto de estas organizações ocuparem um lugar central na dinamização do desenvolvimento local. Pela sua configuração - de natureza jurídica variada mas organizadas em torno do espírito associativo - pelas atividades que desempenham - de índole não lucrativa e muito centradas na provisão de bens e serviços de alto valor social - e pelos valores que prosseguem - solidariedade, democracia, participação, voluntariado, serviço às pessoas - julgamos ser absolutamente justificável a sua chamada a pronunciarem-se sobre o desenvolvimento local nos territórios em que estão implantadas. Viabilizando assim o teste empírico da Matriz por nós elaborada.

Na recolha de dados para organização do universo de entidades de economia social por município procedeu-se à consulta da base dados da Carta Social, portal online dos municípios e solicitação de dados junto de associações de desenvolvimento local do respetivo município para recolha de contactos de email.

Quadro 20 - Universo/ Amostra: Inquérito por Questionário

	<i>Universo de entidades</i>	<i>Contactos devolvidos / inválidos</i>	<i>Universo válido</i>	<i>Respostas (amostra)</i>	<i>% face ao universo válido</i>
CASTELO BRANCO	112	27	85	18	21%
ODEMIRA	80	38	42	13	31%
MONTALEGRE	19	4	15	8	53%
TOTAL	211	69	142	39	Média 35%

O universo representava 211 entidades de economia social na totalidade dos municípios, das quais 69 se consideraram inválidas pelos contactos terem sido devolvidos. Considerou-se então um universo válido de 142 entidade na sua totalidade, 85 em Castelo Branco, 42 em Odemira e 15 em Montalegre, tendo-se obtido uma taxa de respostas de 18 (21%) entidades para Castelo Branco, 13 (31%) para Odemira e de 8 (53%) para Montalegre, ou seja, uma média de 35% de respostas por município (ver Quadro 20).

O questionário aplicado junto destas organizações tendente, entre outros objetivos, à validação da Matriz divide-se em três secções, sendo as duas primeiras secções de resposta obrigatória.

Na primeira secção (A) do questionário é composta por questões destinadas à caracterização de cada entidade: freguesia, tipologia da entidade tendo em conta a lei de bases da economia social, classificação da atividade económica, a função desempenhada na instituição de quem responde ao questionário, o n.º de colaboradores e voluntários e, por fim, a identificação do território de atuação.

Quadro 21 - Questionário - secção A: caracterização

<i>N.º</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Tipo de Pergunta</i>
1	Freguesia	Fechada/Obrigatória
2	Tipologia	
3	Classificação Atividade Económica	
4	Função	

5	N.º colaboradores/as	
6	N.º de voluntários/as	
7	Âmbito Territorial	

Na segunda secção (B), com a designação de “avaliação do desenvolvimento local”, o questionário subdividiu-se pelas sete dimensões de análise consideradas na Matriz em teste (Quadro 15), comportando trinta e oito questões. Para a resposta a cada uma destas questões foi apresentada uma escala ordinal de 3 valores, um negativo, outro positivo e outro intermédio, face à variável no indicador de avaliação.

Quadro 22 - Questionário secção B: dimensões de análise

<i>Dimensão</i>	<i>N.º de Questões (indicadores)</i>	<i>Variáveis - Pergunta Fechada/Obrigatória</i>
Ambiental	4 questões	1.1. Qualidade Ambiental 1.2. Biodiversidade 1.3. Alterações Climáticas 1.4. Sustentabilidade Ambiental
Cultural	5 questões	2.1. Identidade 2.2. Património material 2.3. Património imaterial 2.4. Diversidade cultural 2.5. Produção artística
Governança e Cidadania	8 questões	3.1. Democracia Representativa 3.2. Democracia Participativa 3.3. Tomada de Decisões 3.4. Prestação de Contas 3.5. Participação dos cidadãos/ãs 3.6. Colaboração e Trabalho em Rede 3.7. Estratégia de Desenvolvimento
Económica	5 questões	4.1. Oportunidades de emprego 4.2. Oportunidades de criação de novas empresas 4.3. Empreendedorismo

		4.4. Condições e remuneração do trabalho 4.5. Poder de compra
Social	6 questões	5.1. Bem-estar 5.2. Coesão Social 5.3. Igualdade e Equidade 5.4. Igualdade de género 5.5. Justiça Social 5.6. Economia Social
Territorial	5 questões	6.1. Localização 6.2. Acesso a Serviços 6.3. Mobilidade 6.4. Comunicações 6.5. Fixação e atração de Pessoas
Transformadora	5 questões	7.1. Participação das crianças e jovens na escola 7.2. Participação das famílias na escola 7.3. Participação das crianças e jovens na comunidade 7.4. Inovação social e empresarial 7.5. Abertura à diferença e mudança
Relevância das dimensões	1 questão	8. Dimensões 1.Ambiental; 2.Cultural; 3.Governança e Cidadania; 4.Económica; 5. Social; 6.Territorial;7.Transformadora.

A sequência das questões teve uma organização aleatória, de modo a reduzir eventuais fatores de influência. Foi ainda adicionada uma nova questão desta secção, destinada a aferir a relevância atribuída a cada uma das dimensões, segundo uma escala ordinal de 7 valores, sendo 1 o menos relevante e 7 o mais relevante.

A última secção (C), com a designação de “Observações e Contactos”, são apresentadas 3 questões com o objetivo de fecho e recolha de opiniões face ao questionário, uma questão de resposta fechada e outras duas de resposta aberta, uma para recolha de comentários e outra para recolha de email.

Quadro 23 - questionário secção C: observações e contactos

N.º	Questões	Tipo
1	Receber o resultado do estudo	Fechada/opcional
2	Comentário ou observação	Aberta/opcional
3	Email de contacto	Aberta/opcional

Como já foi referido (Quadro 20), obtiveram-se 39 inquéritos válidos, a partir dos quais se procedeu às respetivas análises estatísticas. Para o objetivo aqui estipulado, interessa sobretudo aferir da consistência e adaptação da Matriz elaborada aos propósitos a que ela se destina. Pelo que é sobre este ponto de vista em concreto que se apresentam os principais resultados obtidos. Não sem antes se retratarem as entidades que responderam ao inquérito (Quadro 24).

Quadro 24 - Caracterização das entidades respondentes

		<i>N</i>	<i>%</i>
Concelho	Montalegre	8	20,5
	Odemira	13	33,3
	Castelo Branco	18	46,2
2. Tipologia da entidade (Lei de Bases da Economia Social)	A. Cooperativas	1	2,6
	C. Misericórdias	1	2,6
	E. Associações com Fins Altruísticos	19	48,7
	F. Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores	12	30,8
	H. Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social	1	2,6
	I. Outras	5	12,8
3. Classificação da atividade económica	A. Cultura, comunicação e atividades de recreio	14	35,9
	B. Educação	8	20,5
	C. Saúde	1	2,6
	D. Serviços sociais	15	38,5
	E. Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	3	7,7
	F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	3	7,7
	G. Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional		
	H. Filantropia e promoção do voluntariado	2	5,1
	I. Religião		
	J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	1	2,6
	K. Serviços profissionais, científicos e administrativos	2	5,1
	L. Outras atividades	5	12,8
4. Função que desempenha na entidade	1. Presidente da direção	19	48,7
	2. Membro da direção (excluindo o presidente)	5	12,8
	4. Diretor(a) técnico(a)	10	25,6
	5. Técnico(a)	2	5,1
	6. Outro	3	7,7
5. N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.	0-10	23	59,0
	11-20	8	20,5
	21-30	2	5,1
	31-40	4	10,3
	+ 50	2	5,1
6. N.º de voluntários(as)	0-10	22	56,4
	11-20	7	17,9
	21-30	3	7,7
	31-40	1	2,6
	41-50	1	2,6
	+ 50	5	12,8
7. Âmbito territorial de atuação	Freguesia	16	41,0
	Concelho	22	56,4
	Distrito	7	17,9
	Nacional	11	28,2
	Internacional	3	7,7
Total		39	100,0

Considerando, num primeiro momento, a avaliação que as entidades inquiridas fazem acerca do grau de desenvolvimento nos territórios em que se inserem (“avaliar o desenvolvimento local no seu município”), nas sete dimensões em que a mesma se aprecia, de acordo com a Matriz elaborada, o Quadro 25 e a Figura 1 dão-nos uma panorâmica geral dos resultados obtidos.

Quadro 25 - Dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local

	<i>N</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Coef. Var.</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>
1. Dimensão de Análise Ambiental	39	2,21	0,41	18%	1,5	3,0
2. Dimensão de Análise Cultural	39	2,24	0,44	19%	1,4	3,0
3. Dimensão de Análise Governança e Cidadania	39	1,93	0,55	29%	1,0	3,0
4. Dimensão de Análise Económica	39	1,75	0,46	26%	1,0	3,0
5. Dimensão de Análise Social	39	2,00	0,48	24%	1,0	3,0
6. Dimensão de Análise Territorial	39	1,79	0,38	21%	1,0	2,8
7. Dimensão de Análise Transformadora	39	1,81	0,50	28%	1,0	3,0

Figura 1 - Dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local



De acordo com esses dados, podemos constatar que as dimensões que recebem scores mais elevados são a “Dimensão de Análise Cultural” ($M=2,24$) e a “Dimensão de Análise Ambiental” ($M=2,21$), com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. A estas duas dimensões, segue-se a “Dimensão de Análise Social” ($M=2,00$), com um valor médio igual ao ponto intermédio da escala de medida, seguida da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” ($M=1,93$). De acordo com a perspectiva decrescente que temos vindo a seguir, temos a “Dimensão de Análise Transformadora” ($M=1,81$) e a “Dimensão de Análise Territorial” ($M=1,79$). Por último, registam-se os valores mais baixos atribuídos à “Dimensão de Análise Económica” ($M=1,75$). Ou seja, estas três últimas são aquelas dimensões onde, segundo as entidades inquiridas, o grau de desenvolvimento atingido fica mais distante do desejável. Ou, dito de outra forma, a intervenção empreendida ainda não é suficiente para a obtenção de resultados significativos ou relevantes.

Um aspeto relevante na validação da Matriz consiste na apreciação da sua consistência interna. A análise de consistência interna permite estudar as propriedades de escalas de medida a partir das questões que as integram, de acordo com Anastasi (1990) e DeVellis (1991). O Alfa de Cronbach é o modelo mais utilizado nas ciências sociais para a verificação de consistência interna e da validade de escalas, medindo a forma como um conjunto de variáveis representam uma determinada dimensão (Hill & Hill, 2002). Um valor do coeficiente de consistência interna medido pelo Alfa de Cronbach superior a 0,80 é considerado adequado e um coeficiente de consistência interna entre 0,60 e 0,80 é considerado aceitável, de acordo com Muñiz (2003), Muñiz et al. (2005) e Nunnally (1978).

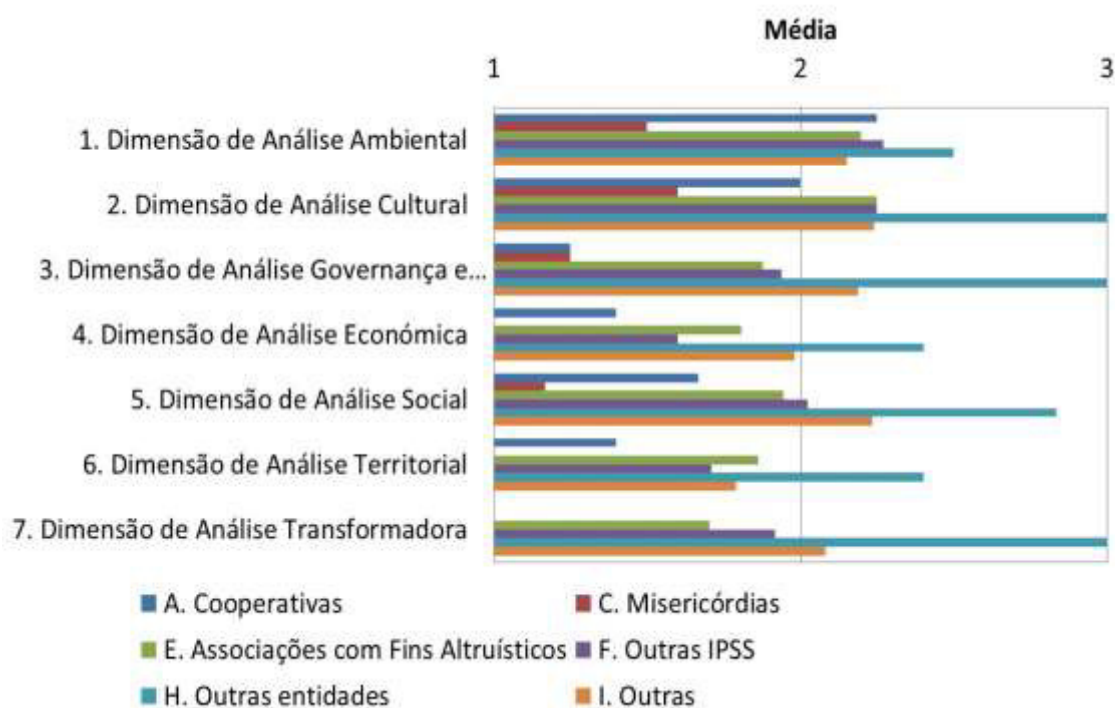
Neste domínio, verifica-se que o valor do Alfa de Cronbach é superior ao valor de 0,80 para as dimensões 2, 3, 4, 5 e 7, pelo que os itens integrantes de cada dimensão medem de forma adequada cada uma dessas dimensões. O mesmo valor está próximo de 0,70 para a dimensão 6, pelo que os itens que aqui se incluem medem de forma aceitável a dimensão. Apenas para a dimensão 1 o valor registado é inferior a 0,6. Embora estando próximo do valor representativo do coeficiente de consistência interna que o Alfa de Cronbach mede, o valor obtido para a dimensão 1 indica que os itens que a integram a medem de forma próxima de aceitável. As correlações itens-total são sempre positivas e com valores mínimos superiores a 0,3 para quase todas as situações, exceto para um item da dimensão 1.

Quadro 26 - Avaliação do Desenvolvimento Local: Estatísticas de consistência interna

	<i>N Itens</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>	<i>Correlação item-total</i>
1. Dimensão de Análise Ambiental	4	0,549	0,202-0,451
2. Dimensão de Análise Cultural	5	0,851	0,501-0,808
3. Dimensão de Análise Governança e Cidadania	8	0,963	0,722-0,919
4. Dimensão de Análise Económica	5	0,817	0,536-0,709
5. Dimensão de Análise Social	6	0,890	0,543-0,871
6. Dimensão de Análise Territorial	5	0,693	0,328-0,607
7. Dimensão de Análise Transformadora	5	0,858	0,638-0,818

Portanto, evidencia-se que as dimensões apresentam uma boa consistência, levando à conclusão de que a Matriz de avaliação apresenta boas condições para avaliar o desenvolvimento local.

Figura 2 - Relação entre a tipologia da entidade as dimensões da Escala de Avaliação



Por outro lado, interessa saber se existe alguma relação entre a avaliação do desenvolvimento local e o tipo (ou estatuto jurídico) da entidade (associação, cooperativa, misericórdia ou outra) que a faz. Para o efeito foi utilizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis (Maroco, 2011), que possibilita medir a relação entre uma variável qualitativa e variáveis quantitativas.

Tendo sido aplicado o teste dimensão a dimensão, não foi detetada qualquer correlação relevante. Assim, a constatação genérica é a de que a natureza da entidade não tem influência nos resultados da avaliação do desenvolvimento local.

De igual modo, e quando aplicado o mesmo teste para aferir uma potencial correlação entre características organizacionais das entidades (atividade económica principal, função do/da respondente na entidade, nº de colaboradores/as remunerados/as, nº de voluntários/as, âmbito territorial de atuação) e a avaliação que produzem acerca do desenvolvimento local e também aí não se detetaram padrões de influência.

Assim se conclui que, quando usada junto de entidades da economia social, os resultados obtidos pela aplicação da Matriz elaborada não sofrem variações impostas pela sua natureza jurídica ou características organizacionais.

Notas conclusivas

Quando se vivem tempos de responsabilidade coletiva, onde as crises assumem um nível de incerteza no desenvolvimento dos territórios, o movimento do desenvolvimento local tem participado ativamente na interpretação de respostas alternativas, estruturadas através de dinâmicas e movimentos coletivos, ora incentivadas pelas políticas públicas, ora emergidas de dinâmicas da cidadania ativa. Esta dimensão alternativa do desenvolvimento local é fortemente vincada pela vontade do autogovernança, na visão mais radical defendida por Fernandes (1996), ou na procura da inversão do modelo de desenvolvimento, surgido a partir de baixo (Monteiro, 2009), contribuindo para que as comunidades participem ativamente e acreditem em outros modelos desenvolvimento face ao dominante, de cariz capitalista. É nesta posição que se assume a importância da cidadania ativa e a importância da criação de espaços de participação das comunidades com os sistemas de poder, desejando-se e que estes se transformem em novas lógicas de tomada de decisão, que tenham em conta a participação.

Todavia, a importância destas alternativas só pode ser devidamente apreciada e validada quando se dispõem de métricas que permitam avaliar a mudança nas suas distintas componentes, percecionando-a em grau e amplitude. Ao mesmo tempo, informando um debate que até aqui tem sido essencialmente de natureza subjetiva e baseado em convicções. Não se pretende com tal afirmar que o desenvolvimento local, tal como tem acontecido com o desenvolvimento económico, deva ser medido exclusivamente através de indicadores de crescimento. Mas, sim, reconhecer que uma medição e avaliação mais objetiva da mudança se revela fundamental para enriquecer a perceção da realidade e conceber alternativas de futuro.

É nesse sentido que se torna pertinente criar indicadores mensuráveis que possibilitem medir e/ou avaliar o fenómeno. Foi esse precisamente o caminho empreendido neste estudo, focado particularmente na construção de uma Matriz Experimental de Indicadores do Desenvolvimento Local.

O trajeto foi iniciado pela sistematização de conceitos considerados essenciais para a boa compreensão do fenómeno do “desenvolvimento local”, como os de “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento comunitário” e naturalmente, o próprio conceito central de “desenvolvimento local”.

Posteriormente, num segundo tempo procedeu-se à identificação de instrumentos de medida ou de avaliação com interesses e propriedades próximos daquele que se pretendia elaborar. Nomeadamente, orientados por uma teoria da mudança.

Naquela que pode ser identificada como a terceira fase deste estudo, avançou-se para uma abordagem mais empírica. É aqui que cabe a realização de entrevistas a informantes privilegiados, com o intuito de identificar perceções que apoiassem e fundamentassem a elaboração da futura Matriz. Foram três os tópicos abordados nessas entrevistas: o entendimento do conceito de desenvolvimento local e das influências sobre a sua promoção; a recolha de opiniões face a uma versão provisória da possível Matriz; e sugestões relativas à definição do território objeto de avaliação. Por fim, e na posse de uma versão redesenhada da Matriz, procedeu-se à sua validação num território-piloto, composto por 3 municípios (Castelo Branco, Montalegre e Odemira), sendo propósito o de inquirir as entidades da economia social aí localizadas.

Os resultados obtidos e os testes efetuados sobre os mesmos autorizam a afirmar que a Matriz Experimental elaborada se apresenta consistente e adequada à aferição (medição e/ou avaliação) do desenvolvimento local num território, composta pelos indicadores (de processo e de impacto) necessários a essa tarefa. Trata-se de um instrumento que poder ser utilizado enquanto um mecanismo de auscultação da comunidade criando, nomeadamente, condições para que as políticas públicas respondam às necessidades e prioridades das pessoas e da sua comunidade.

Referências bibliográficas

- Abreu, J., António, J.H.C., Cerol, J., & Fidalgo J. (2018), *Índice de Sustentabilidade Municipal 2018*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Amaro, R. R. (2004). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70.
- Amaro, R. R. (1997). *O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as Exigências do Futuro*, in www.in-loco.pt consultado em 25 de junho de 2017.
- Amaro, R. R. et. al. (2004). “A animar nos caminhos e desafios do desenvolvimento local em Portugal”. In *Contributo para a história do desenvolvimento local em Portugal*. Vialonga: Animar, pp. 80-81.
- Amaro, R. R. e Madelino, F. (2004). *Economia Solidária - Contributos para um Conceito*. Projecto Cores, Interreg IIIB.
- Anastasi, A. (1990). *Psychological testing*. New York: McMillan.
- Ander-Egg, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.
- Araújo, W. A. de (2010). *Desenvolvimento econômico e arranjo produtivo local: uma relação necessária*. São Mateus, ES: Opção.
- Beltrão, C. (1965). *Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Globo
- Blanke, Andy. S., & Walzer, Norman (2013), “Measuring community development: what have we learned?”, *Community Development*, 44(5), pp. 534-550.
- Brundtland, Gro et. Al. (1987). *Report of the world Commission on Environment and Development: –Our Common Future*. Oslo.
- Bulmer, M. (1987). *The Social Basis of Community Care*. London: Allen and Unwin.
- CASES (2011). *A economia social: conceito proposto pelo OBESP*. Disponível em https://cases.pt/wp-content/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf
- Castilho, M. A. de; Arenhardt, M. M.; LE Bourlegat, C. A. (2009). Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul,

MS. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul./dez. 2009.

Colom, A. (2000). *Desarrollo sostenible e educacion para el desarrollo*. Barcelona Octaedro.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *O Nosso Futuro Comum*. 2.ª ed. Editora da Fundação Gertúlio Vargas: Rio de Janeiro.

DeVellis, R. (1991). *Scale Development. Theory and applications*. London: Sage Publications.

Diéguez, Alberto José & Guardiola, M^a Paloma (2000). Lo local. Una unidad de organización, planificación e intervención social comunitaria. In Alberto José Diéguez (coord.), *La Intervención Comunitaria. Experiencias y Reflexiones*. Buenos Aires: Espacio Editorial, pp. 11-27.

Domingues, M. (2019). Desenvolvimento sustentável, um desafio do passado e do presente. *Revista Dirigir*, n.º 24 - Economia e Sustentabilidade, p- 32-38.

Dugand, Adriana, & Brandão, André (2017), “A Teoria da Mudança como Ferramenta Avaliativa do Desenho dos Programas Sociais: o caso das ações estruturantes para comunidades Quilombolas”, *Revista Meta: Avaliação*, 9(25), pp. 110-140.

Faria, M. C. P. (2012). *Análisis de la capacidade del turismo em el desarrollo econômico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho*. 2012. 234p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidad de Alicante, Espanha.

Fernandes, E. (1996). Intervenção e Serviço Social. *Intervenção Social* n.º13/14 - Serviço Social e Direitos Humanos (pp. 19-33). Viseu: ISSSL.

Ferreira, V. & Guerra, I. (1994). “Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local”, *Actas do encontro de Vila do Conde*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), undefined-undefined. [Consultado em 7 de setembro de 2019]. ISSN: 0871-9187. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=374/37418103>

França, C. (Org.), (2003). *Comércio ético e Solidário no Brasil*. Fundação Friedrich/ILDES.

Francisco, Papa (2005). *Carta Encíclica Laudato Si, Sobre o cuidado da nossa casa comum*, disponível em

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html, acedida em 14 de setembro, de 2019).

Friedmann, John (1996). *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

Gomez, J., Freitas, O. & Callejas G. (2007) *Educação e Desenvolvimento Local - perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Porto: Profedições.

Harrison, L. E. (1997). *The Pan-American dream*. New York: Basic.

Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Henriques, J. M. (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, [Consult. a 23.09.2019]. Disponível em:

<https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese+de+Doutoramento_José+Manuel+Henriques.pdf>.

Henriques, J. M. (1991). *O programa ILE em Portugal: avaliação e perspectivas*. Lisboa: Escher/Fim de Século Edições.

Herzberg, F. (1959). *The motivation to work*. New York: Wiley.

Hickey, S., Mohan, G. (2004). Towards participation as transformation: Critical themes and challenges. In S. Hickey, G. Mohan (Orgs.), *Participation: From tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development* (pp. 3-24). Londres & Nova Iorque: Zed Books.

Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2a ed.). Lisboa: Sílabo.

Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.

Holdcroft, L. (1978). *The Rise and Fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University.

IFDM (2018), *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal*, disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/> (consultado a 30/12/2020)

Imas, L. & Rist, R. (2009), *The Road to Results : Designing and Conducting Effective Development Evaluations*, World Bank.

Jannuzzi, Paulo (2002), “Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais”, *Revista de Administração Pública*, 36.1, pp. 51-72.

Kashimoto, E. M.; Marinho, M.; Russeff, I. (2002). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 4, pp. 35-42.

Klein, N. (2007). *The shock doctrine: The rise of disaster capitalism*. Nova Iorque: Metropolitan Books/Henry Holt.

Latouche, S. (2009). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo. Editora. WMF, Martins Fontes Lda.

Laville, J. (2009). *A Economia Social e Solidária. Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina.

Leme, Alessandro André. (2015). Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. *Sociedade e Estado*, 30(2), pp. 495-527.

Marchioni, M. (1997). *Planificación Social y Organización de la Comunidad. Alternativas Avanzadas a la Crisis*. Madrid: Editorial Popular.

Magalhães, P. (2007). *Condomínio da Terra - das Alterações Climáticas a uma nova Conceção Jurídica do Planeta*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Maroco, João (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5.ª Edição. Pêro Pinheiro: Edições Report Number.

Martinelli, D. P.; Joyal, A. (2004). *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole.

Martínez, H. J.; Villa, M. A.; Vázquez, A. E. G. (2013). Bienestar socioeconómico y percepción de la calidad de vida en destinos turísticos: el caso de la Colina el Caribe, Cabo San Lucas, Baja California Sur (México). *Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, Málaga, Espanha, v. 6, n. 15, pp. 1-16.

Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, pp. 51-9.

Martinussen, J. Society, (1997). *State and market: a guide to competing theories of development*, Pretoria: HRSC/RGN.

- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper & Row.
- Mayo, Marjorie (1994). *Communities and Caring. The Mixed Economy of Welfare*. New York: St. Martin's Press.
- McClenaghan, Pauline (1999). Community development education in the sociocultural context of late capitalism: Refining a conceptual framework for comparative analysis. In Kirsten Weber (ed.), *Lifelong Learning and Experience. Papers and Perspectives of the 1st International Summer School of the Graduate School in Lifelong Learning*. Roskilde: Roskilde University & The Danish Research Academy, pp. 451-462.
- Meier, G. (2005). *Biography of a subject: An evolution of development economics*. Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press.
- Melo, A. (1998). "Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local" *A Rede Animar*. Novembro, pp. 5-8.
- Mendes, A. (2011). "Presente e futuro das Instituições Privadas de Solidariedade Social. A questão da sua sustentabilidade". In Victor M. Pinto & Pedro Vasco Oliveira (eds.), *UIPSS/CNIS 30 anos ao serviço da Solidariedade*. Porto: CNIS, pp. 227-233.
- Mendes & Pinto. (2017). *Estudo de caracterização da ANIMAR*. Relatório Final de 17 de Março de 2017, no âmbito do Projecto ANIMAR - "Capacitar para Agir em Rede" (POISE-39-2015-02)
- Monteiro, A. A. (2019). "Territórios do Interior, Coesão Territorial e Modelos de Governança: a propósito do programa nacional para a coesão territorial". *Sociologia OnLine*, 19, pp. 127-151.
- Monteiro, A. (1996), "A avaliação nos projectos de intervenção: reflexões a partir de uma prática", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 22, pp. 137-154.
- Moreno, L (2003). *Guia das Organizações e iniciativas de desenvolvimento local*. Vialonga: Grafidem
- Morra-Imas, Linda G. & Rist, Ray C. (2009), *The road to results: designing and conducting effective development evaluations*, Washington DC, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
- Muñiz, J. (2003). *Teoria clássica de los tests*. Madrid: Pirâmide.
- Muñiz, J., Fidalgo, A.M., García-Cueto, E., Martinez, R.J. & Moreno, R. (2005). *Análisis de los ítems*. Madrid: La Muralla.
- Nunnaly, J.C. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.

- Nunes, A. (1968). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Moraes Editores.
- OECD (2002), *OECD Glossary of Key Terms in Evaluation and Results-Based Management*, Paris, Development Assistance Committee
- Pocinho, M (2012). *Metodologia e Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel.
- Pochmann, M. (2016). *Capitalismo e desenvolvimento*. In: Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 16-64. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- Polèse, Mario; STREN, Richard (orgs.) (2000). *The Social Sustainability of Cities: Diversity and the Management of Change*, Toronto, University of Toronto Press.
- Porta, Magda (s/d), *Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local*, DGADR/RRN e Federação Minha Terra
- Porter, M. E. (1990). *The competitive advantage of nations*. New York: Simon and Schuster.
- Putnam, R. D. (1993). The prosperous community: Social capital and public life. *The American Prospect*, 4(13), pp. 35-42.
- Rahman, M. A. (1991). The Theoretical Standpoint of PAR. In Orlando Fals-Borda & Muhammad Anisur Rahman (eds.), *Action and Knowledge. Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research* (pp. 13-23). New York: The Apex Press.
- Ramos, Salinas (1999) *Espana y el Desarrollo Social: Balance y propuestas ante los compromissos de la Cumbre de Copenhague 95*. Documentacion Social N.115.
- Reszohazy, Rudolf (1988). *El Desarrollo Comunitario*. Madrid: Narcea.
- Ribeiro, F. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Rodríguez, C. A. (1970). *Análisis Conceptual del Desarrollo de la Comunidad*. Buenos Aires: Editorial ECRO.
- Rodrik, D. (2002). Estratégias de desenvolvimento para o novo século. In *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois* (pp. 43-76). São Paulo: Unesp.
- Rodrik, D. (2002). Feasible globalizations. *NBER Working Paper*, n. 9129.

- Rosenstein-Rodan, P.N. (1943). Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*, Volume 53, Issue 210-211, 1 June 1943, pp. 202-211.
- Ruivo, F. (1993). Autarquias e Poder Relacional. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (pp. 123-147). Atas do Encontro de Vila do Conde: Associação de Sociologia
- Sampedro, L. y Carlos Berzosa (1996). *Conciencia del subdesarrollo*, Ed. Santillana, España. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/866/86649060005.pdf>
- Santagada, S. (1993). Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico. *Revista FEE*, Porto Alegre: v20, n 18, pp. 245-255.
- Schallenberger, Ernelo. (2003). Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 8, n. 2.
- Schummacher, E. (1985). *Small is Beautiful*, 2.^a Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Shanahan, Peader (1996). Exclusion, the european union and community participation. In Skevos Papaioannou, Peter Alheit, Jorgen From Lauridsen & Henning Salling Olesen (eds.), *Community, Education and Social Change*. Roskilde: Roskilde University Centre, pp. 51-113.
- Silva, Mozaniel, Cândido, Gesinaldo & MARTINS, Maria de Fátima (2009), “Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada”, *Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais*, 11.1, pp. 55-72.
- Soromenho-Marques, V., (2005). *Metamorfoses - entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Souza, N. de J. de. (2005). *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas.
- Swedberg, R. (2003). *Principles economic sociology*. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Taibo, C. (2010). *Decrescimento Crise e Capitalismo*. Estaleiro Editora.
- Taylor, M. (1993). *Signposts to Community Development*. London: Community Development Foundation.

Twelvetrees, Alan (1991). *Community Work*. London: MacMillan / BASW.

Ware, C. (1986). *Estudio de la Comunidad*. Buenos Aires: Humánitas.

Williamson, J. (Ed.) (1994). *The political economy of policy reform*. Washington, D.C.:
Institute for International Economics.